



Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas
Universidade Técnica de Lisboa

Bela Regina Duarte Jardim sob orientação da
Professora Doutora Sónia Frias

**Estudantes PALOP no Ensino Superior Português – das Necessidades
Sentidas aos Apoios Prestados**

Dissertação para obtenção do grau de Mestre em Política Social

Lisboa

2013





AGRADECIMENTOS

O agradecer ao outro tem um efeito recompensador enorme, para ambas as partes, e ainda bem que desta forma posso fazê-lo (e deixar registado!).

Assim,

Chegada à fase final, é altura de lembrar uma peça fundamental para este trabalho - e para a nossa vida - as pessoas que estiveram presentes ao longo desta caminhada e que, directa ou indirectamente, contribuíram para a sua realização e, assim, de um importante objectivo:

Em primeiro lugar, agradeço à Professora Sónia Frias, Orientadora, por toda a ajuda neste processo, nem sempre ameno, com alturas de vacilação e por vezes falta de motivação, e da sua parte sempre com disponibilidade e certezas;

Aos colegas dos Serviços de Acção Social do ISCTE-IUL, pelo interesse demonstrado e por terem possibilitado aliar o “nosso” trabalho ao meu trabalho;

Ao Núcleo de Estudantes Africanos do ISCTE-IUL pela sua disponibilidade e auxílio na realização do questionário e aos alunos que se disponibilizaram a responder aos questionários;

Aos colegas que partilharam as suas histórias e que serviram de inspiração ao trabalho;

Aos amigos, pelo apoio constante e pelas palavras de motivação;

À família, por sempre ter acreditado em mim, até mesmo mais do que eu própria;

Ao Robiyn, por tudo o que me ensinou e me possibilitou.





ABREVIATURAS

AULP – Associação de Universidades de Língua Portuguesa

CPLP – Comunidade dos Países de Língua Oficial Portuguesa

DGES – Direcção-Geral do Ensino Superior

GPEARI – Gabinete de Planeamento, Estratégia, Avaliação e Relações Internacionais

IPAD – Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento

IPP – Instituto Politécnico de Portalegre

ISCSP – Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas

ISCTE-IUL – Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa – Instituto Universitário de Lisboa

MCTES – Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior

MICS - Multiple Indicator Cluster Survey

MNE – Ministério dos Negócios Estrangeiros

PALOP – Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa

SAS – Serviços de Acção Social

SASUC – Serviços de Acção Social da Universidade de Coimbra

SASUTL – Serviços de Acção Social da Universidade Técnica de Lisboa

SEF – Serviços de Estrangeiros e Fronteiras

UTL – Universidade Técnica de Lisboa





Resumo

O objectivo do presente estudo foi o de analisar as condições em que vêm (e permanecem) os estudantes dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP) para Portugal a fim de aqui prosseguirem os seus estudos superiores.

Aqui se faz referência aos regimes escolares dos países de origem, assim como aos protocolos estabelecidos na área da educação superior com Portugal. A pesquisa implicou um levantamento do número de estudantes oriundos dos PALOP entre os anos 1999 e 2010, procurando-se aferir as principais dificuldades e motivações sentidas por estes estudantes, durante a sua estadia no nosso país.

Recensearam-se os apoios que o sistema universitário português presta a estes estudantes, com vista a compreender se os apoios prestados são ajustados ou se os estudantes necessitariam de outro tipo de auxílios.

Este estudo apoiou-se sobretudo em pesquisa bibliográfica e documental, em conversas informais e utilizaram-se ainda dois pequenos resumos de entrevistas realizadas anteriormente para um estudo preliminar.

Palavras-Chave: Ensino Superior, PALOP, Cooperação, Integração, Serviços de Acção Social, Bolsas de Estudo.





Abstract

The overall goal of this research is the study of the conditions students from Portuguese-speaking African countries (PALOP) find when coming to Portugal in order to pursue higher education.

We analyze the supports these students find as well as the main differences and motivations felt. In order to do so we identify the supports presented by the Portuguese higher education system and try to evaluate if that support is adjusted to the need, and, if not, what the real needs are. It is on these two questions that the main perspective lies.

It is also important to understand the nature of the difficulties (economic, integration, etc.), felt during their academic journey, in other words, we intend to contextualize the student's academic journey, assessing whether the support meets the needs and difficulties felt.

We analyze how important the role of teaching institutions is in what concerns integration, through the identification of existing and potential supports.

Keywords: Higher education, PALOP, cooperation, integration, Social Action Services, scholarships.





ÍNDICE GERAL

Introdução	15
Capítulo 1. Cooperação para a Educação: Portugal e os PALOP	19
1.1. Apontamentos sobre a Educação nos PALOP	25
A Educação nos PALOP: o caso de Angola	27
A Educação nos PALOP: o caso de Cabo Verde	28
A Educação nos PALOP: o caso da Guiné-Bissau	29
A Educação nos PALOP: o caso de Moçambique.....	31
A Educação nos PALOP: o caso de São Tomé e Príncipe.....	31
1.2. Cooperação Portugal - PALOP Na Área da Educação	33
1.2.1. Acordos de Cooperação com Angola.....	35
1.2.2. Acordos de Cooperação com Cabo Verde	38
1.2.3. Acordos de Cooperação com A Guiné-Bissau	40
1.2.4. Acordos de Cooperação com Moçambique.....	43
1.2.5. Acordos de Cooperação com São Tomé e Príncipe.....	44
1.3. Atribuição de Bolsas ao Abrigo dos Acordos de Cooperação.....	45
1.3.1. O Papel do Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento.....	47
1.3.2. As Bolsas dos Países de Origem	53
1.4. Concessão de Bolsas Nacionais.....	55
1.5. O Alojamento nas Residências de Estudantes	56
Parte II – Os Estudantes dos PALOP na Academia Portuguesa	59
Capítulo 1. Percursos: a Pesquisa, a Academia e os Estudantes	61
1.1. Considerações em Torno da Metodologia da Pesquisa.....	63



1.2. Estudantes Bolseiros dos PALOP no Ensino Superior Português.....	71
1.3. Integração e Adaptação Académica: alguns dados.....	81
Parte III – Observando os Resultados	85
1.1. O perfil do Estudante PALOP do ISCTE-IUL	87
1.2. Síntese de Resultados.....	101
Concluindo.....	103
Bibliografia.....	109
Anexos	121



Índice de Quadros

Quadro 1. Número de bolsas de ensino superior em utilização, atribuídas pelo IPAD, por país e ano lectivo	52
Quadro 2. Evolução do contingente de bolsas para licenciaturas nos últimos 5 anos.....	52
Quadro 3. Evolução do contingente de bolsas para mestrados nos últimos 5 anos	52
Quadro 4. Número de estudantes dos PALOP inscritos no Ensino Superior Português entre 1999/2000 a 2009/2010	73
Quadro 5. Número de estudantes dos PALOP que ingressaram pela primeira vez no Ensino Superior Português entre 2005/2006 a 2009/2010	73
Quadro 6. Alunos nacionais dos PALOP inscritos em Instituições de Ensino Superior por género, de 1999-2000 a 2009-2010	73
Quadro 7. Número de Estudantes dos PALOP quanto à proveniência do processo de entrada no Ensino Superior entre 2006 a 2010.....	75
Quadro 8. Número de Estudantes dos PALOP colocados entre 2006 a 2010 por situação académica, de acordo com o país de origem	76
Quadro 9. Número de estudantes dos PALOP inscritos entre 2006 a 2010 por Áreas de formação/Educação de acordo com o país de origem.....	77
Quadro 10. Número de Alunos nacionais dos PALOP inscritos no 1.º ano, pela 1.ª vez, em Instituições de Ensino Superior Público, por estabelecimento de ensino, de 2005-2006 a 2009-2010	78
Quadro 11. Alunos dos PALOP inscritos no ISCTE-IUL entre os anos lectivos 1999-2000 a 2009/2010.....	98



Índice de Gráficos

Gráfico 1 - Número de Estudantes por País de Origem	87
Gráfico 2 - Número de Alunos por Desempenho Escolar - Anos sem Aproveitamento	88
Gráfico 3- Número de Alunos por Anos de Permanência em Portugal	89
Gráfico 4 - Número de Alunos por Motivo de Escolha de Portugal para Prosseguir os Estudos	90
Gráfico 5 - Principal Dificuldade Sentida - Percentagem de Resposta por Opção Assinalada sobre o Total de Respostas	91
Gráfico 6 – Alojamento: Número de Alunos por Intervalo de Despesa Mensal	93
Gráfico 7 - Alimentação: Número de Alunos por Intervalo de Despesa Mensal	94
Gráfico 8 - Propinas/Material Escolar: Número de Alunos por Intervalo de Despesa Mensal	95
Gráfico 9 - Percentagem de Alunos Bolseiros e Não Bolseiros	95
Gráfico 10 - Número de Alunos por Intenção de Regresso ao País de Origem	96
Gráfico 11 - Intenção de Regresso - Percentagem de Intenção Sobre Total de Respostas Dadas por País	97
Gráfico 12 - Percentagem de Estudantes Inscritos no ISCTE-IUL por País sobre Total Estudantes dos PALOP Matriculados no 1.º ciclo nos Últimos 3 anos	98
Gráfico 13 – Percentagem de Alunos Inscritos por País de Origem sobre total Alunos dos PALOP Inscritos pela Primeira Vez no Primeiro Ciclo 2009/2010 no ISCTE-IUL	99



INTRODUÇÃO

Com a elaboração do presente trabalho, cumpre-se um ciclo, mais uma etapa, mais um desejo que se torna realidade: um trabalho de investigação conducente ao Mestrado em Política Social.

Por razões de trajectória profissional, bem como de ordem pessoal, optamos por desenvolver uma investigação sobre os estudantes do Ensino Superior português oriundos dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP), num paralelo entre a descrição dos apoios que lhes são concedidos e o levantamento das dificuldades que os estudantes vêm sentindo.

Historicamente, Portugal e os PALOP mantêm uma relação próxima. Na década de setenta, essas relações entre os países foram estreitadas com a realização de acordos de cooperação, englobando entre outros, os domínios científico e cultural, que até hoje são instrumentos que pautam essa relação de solidariedade entre os países e que vai além da questão da “lusofonia”.

A cooperação em matéria de educação permitiu incentivar a vinda dos estudantes oriundos destes países para prosseguirem o ensino superior em Portugal, pelo que desde há décadas que existe um número significativo de estudantes africanos a frequentar as universidades portuguesas. Desta forma, a vinda de estudantes oriundos dos PALOP para Portugal não deixa de ser uma viagem incentivada por instrumentos resultantes dos acordos de cooperação e amizade entre os países.

Tais acordos prevêm um acesso favorecido nas instituições de ensino (regimes especiais de acesso) bem como a concessão de bolsas, para referir os principais apoios. A par destes, outros factores servem de incentivo à procura de Portugal como país interessante para a prossecução dos seus estudos: o conhecimento da língua portuguesa (que é, certamente, um factor de atracção), bem como o facto de muitos destes estudantes terem em Portugal familiares que os acolhem.

Partir para outro país é um movimento corajoso. Integrar-se uma cultura diferente parece ser uma aventura. Partir para estudar noutra país requer responsabilidades redobradas. Tal viagem conduz-nos ao levantamento de questões relacionadas com o



processo de integração, e as implicações para o seu o sucesso escolar e desenvolvimento pessoal destes estudantes.

Pela nossa experiência pessoal e profissional, no acompanhamento dos estudantes africanos, fomos dando conta de que as dificuldades evidenciadas pelos estudantes, ao nível do desempenho académico, quer ao nível de financiamento dos seus estudos, se relacionam sobretudo com o facto de estes estudantes serem estudantes deslocados, estando longe do seu meio, do seu país, numa nova etapa (dos estudos, num nível superior), por si só cheia de exigências, às quais se acrescentam os desafios de adaptação de quem está num novo meio.

Gostaríamos neste trabalho de avistar um pouco o que ficou para trás, na vida destes estudantes; as razões pelas quais escolheram Portugal enquanto destino, assim como a situação no país de origem relativamente ao sistema e oportunidades educativas.

O facto de o tema cruzar diversos aspectos interligados, fez-nos por vezes hesitar quanto ao passo seguinte, especialmente na construção do quadro teórico -conceptual, esperando não perder o fio condutor, as motivações iniciais e seguir o curso aspirado.

Neste estudo, optou-se pela análise dos apoios concedidos, como forma, de, por um lado, expor as várias modalidades de apoio disponíveis, e, por outro lado, constatar as dificuldades vivenciadas por estes estudantes. Esta seria pelo menos a perspectiva inicial. Entretanto, ao longo da construção da tese, fomos deparando com outras questões que se revelaram pertinentes ao tema em estudo, nomeadamente no que respeita às dificuldades sentidas pelos estudantes no percurso de 3/4 anos realizado em Portugal aquando da realização da Licenciatura.

Ainda gostaríamos de referir alguns aspectos relativos à integração na universidade, no âmbito do processo de transição e adaptação académica. Neste aspecto gostaríamos de tentar compreender em que medida os apoios concedidos têm impacto na experiência de integração, aos níveis: social, académico e financeiro.

Quando iniciamos esta investigação, atendíamos diariamente os alunos provenientes dos PALOP, no nosso local de trabalho, no Serviço de Acção Social do Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa – Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE-IUL). Tal permitiu, em contexto profissional, acompanhar os seus



percursos académicos, muitas vezes com grandes desafios pessoais, fazendo-nos debruçar mais profundamente sobre este tema, procurando aferir quais são de facto os apoios com que os estudantes podem contar e os impactos destes apoios no seu dia-a-dia.

Procurou-se por isso fazer uma descrição dos programas que em termos de cooperação existem, com vista ao auxílio aos estudantes oriundos dos PALOP que vêm para Portugal prosseguir os seus estudos superiores. Neste sentido, e apesar de uma certa motivação, não se pretende à partida, lançar uma hipótese de estudo, sem antes fazer o levantamento das principais dificuldades dos estudantes e que apoios têm disponíveis. Se bem que ao longo da execução do trabalho várias questões se foram levantando, nomeadamente quanto ao regresso, ou não, dos estudantes ao seu país e as respectivas fundamentações.

Esta ideia inicial sobre “dificuldades” estava intimamente ligada ao conhecimento empírico, travado na relação profissional e pessoal com esta população. Tais dificuldades referiam-se especialmente à ordem económica, da dificuldade em custear os seus estudos (propinas, alojamento, etc.), factos que nos remeteram para a reflexão sobre a dimensão dos “sacrifícios” que enfrentam.

Diariamente, contactamos com alunos que procuravam junto dos nossos serviços um apoio financeiro (pagamento ou isenção de propinas, auxílio para aquisição de material escolar, apoio a nível de alojamento mais acessível, ...) para ajudar a custear os seus estudos. Constatou-se a predominância desta realidade no universo dos estudantes PALOP, conhecendo este público dificuldades acrescidas face a limitações em termos de acesso a bolsas de estudo e também ao mercado de trabalho.

O facto de não beneficiarem de bolsa de estudo ou não poderem exercer actividade profissional, significa por vezes atrasos no pagamento das propinas, e foram indicados como um entrave à prossecução dos seus objectivos, muitas vezes comprometendo o seu bem-estar pessoal e a sua vida académica.

Além disso, ao estarem afastados do meio de origem, sofrem de um claro afastamento das redes de apoio familiar e de amizade e enfrentam desafios associados à sua integração na universidade. Foi portanto na procura de conhecer melhor estas situações e na busca de ideias de resposta, que se originou esta pesquisa.



Assim, constituem objectivos principais deste trabalho, para além do recenseamento do número de estudantes oriundos dos PALOP, desde o ano lectivo de 2004/2005 ao ano lectivo de 2009/2010; fazer o levantamento sobre os instrumentos que existem no país de origem e no país de acolhimento que incentivem os estudantes dos PALOP a prosseguirem o ensino superior em Portugal.

Entendemos ainda aferir os apoios que existem por parte das instituições portuguesas, não só em termos do acesso ao ensino superior, mas, e especialmente, em termos de permanência no ensino superior.

Importante também é o referir as dificuldades que os estudantes dos PALOP encontram aquando da chegada e permanência no Ensino Superior em Portugal e compreender a razão dessas dificuldades.

Não iremos cingir-nos a estas questões das necessidades e apoios, como se esta fosse uma “viagem sempre atribulada”, pelo contrário, esta é uma parcela do percurso da evolução académica e profissional e a questão emerge da importância que o tema no seu todo merece. Pois, a vinda para um país estrangeiro, a fim de prosseguirem o Ensino Superior, significa que os estudantes, mesmo diante de obstáculos, estão dispostos a esforçar-se pelo seu desenvolvimento pessoal e posteriormente para o desenvolvimento do seu país (quando regressarem formados), pelo que esta é uma experiência ou pelo menos uma iniciativa a encarar numa perspectiva positiva e é neste sentido que merece ser destacada e apoiada.

A realização deste trabalho foi gratificante, na medida em que permitiu descobrir mais acerca de nós e do outro, e aprender é sempre uma aventura enriquecedora.



CAPÍTULO 1. COOPERAÇÃO PARA A EDUCAÇÃO: PORTUGAL E OS PALOP

Resumo do capítulo

Neste capítulo faremos uma breve revisão dos estudos encontrados sobre a temática em análise. Analisamos também os apoios prestados aos estudantes dos PALOP no âmbito da cooperação portuguesa em matéria de educação e apresentamos os acordos de cooperação assinados entre os países em matéria de educação e como se concretizam tais apoios, em termos de instituições que concedem as bolsas.

Neste âmbito, faremos uma descrição do Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento (IPAD), enquanto órgão central da cooperação portuguesa, responsável também pela atribuição de bolsas de estudo aos PALOP, no período em observação – de 1999 a 2010.

Procuraremos também mencionar alguns dados relativamente às bolsas de estudo no país de origem e faremos ainda referência ao acesso dos alunos dos PALOP (no âmbito da acção social portuguesa), quer a nível de apoios directos, bolsas de estudo, quer a nível de apoios indirectos, alojamento nas residências de estudante, num paralelo entre a concessão destes apoios e a contribuição para a sua integração.

Apresentaremos alguns dados quantitativos sobre o acesso destes estudantes às instituições de ensino superior portuguesas em anos mais recentes. Dispostemos os dados relativos ao número de estudantes que ingressam no ensino superior português, evolução nos últimos anos, proveniência e principais instituições de destino.

No início do nosso estudo, em que a pesquisa bibliográfica se revelou fundamental, em busca por saber mais do tema e sobre o rumo a tomar, chegamos a considerar que pouco havia sido escrito sobre o tema que nos propuséramos aprofundar.

Contudo, no decurso da pesquisa, acabamos por encontrar algumas obras directamente ligadas ao contexto em estudo, que focavam aspectos relacionados com os



estudantes fora do seu país de origem e sobre os efeitos no seu desempenho académico e ainda as particularidades dos estudantes dos PALOP, na sua condição de estudantes deslocados.

De notar que esses outros estudos já realizados, sobre os estudantes do Ensino Superior oriundos dos PALOP em Portugal, abordam sobretudo as questões relacionadas com a integração dos estudantes na sociedade e academia portuguesas.

Um dos estudos consultados, realizado pelo Gabinete de Apoio Psicopedagógico do Instituto Politécnico de Portalegre (IPP), com o título: "Estudantes dos PALOP nas Escolas do IPP - caracterização e necessidades", remete, logo na nota introdutória, para as questões relativas à adaptação e às dificuldades sentidas pelos alunos estrangeiros no Ensino Superior em Portugal, em particular os estudantes oriundos dos PALOP.

Ressalta da pesquisa a questão relativa aos principais obstáculos identificados pelos estudantes: "...inserção numa cultura estranha, uma língua que nem sempre é totalmente dominada, aspectos climáticos e paisagísticos diferentes, um sistema de formação e ensino anterior diferenciado do português" (para. 1).

Num estudo de Pereira et al. (2005), com o título "Estudantes dos PALOP e de Timor Lorosae na Universidade de Coimbra: Identificação das necessidades através de "Focus Group", são por seu turno, enumerados como principais problemas que os estudantes estrangeiros enfrentam a discriminação racial, o fraco domínio da língua, as dificuldades económicas, a solidão e o isolamento, aspectos que coexistem com o facto de ser jovem adulto, num processo próprio de desenvolvimento, citando Furnham e Tresize (1983).

No trabalho de Furnham (1997, citado por Pires 2000), que escreveu sobre as dificuldades mais comuns dos estudantes que estão longe do seu país, são apontadas a adaptação à nova cultura e o sentimento de nostalgia, caracterizado por uma "forte preocupação com pensamentos relativos à casa; um sentimento de pesar (dor) relacionado com a casa, familiares, lugares e coisas e, além disso, um sentimento frequente de infelicidade, desconforto e desorientação ao novo lugar" como factor importante a ter em conta. A estes sentimentos de nostalgia associam-se, segundo Fisher e Hood (1987), falhas cognitivas, fraca concentração e diminuição da qualidade de trabalho.



Já os estudos de Carvalho (1995) e Pereira (2005)¹ revelam que as principais dificuldades sentidas pelos estudantes dos PALOP estão relacionadas com “o desconhecimento do meio” ou ainda com “as questões de integração ao meio académico e à sociedade portuguesa.”

No artigo “Estudantes dos PALOP no Ensino Superior português: do acesso à progressão”², Pires (2000) foca a integração dos estudantes numa nova etapa, refere a vinda dos estudantes dos PALOP para Portugal, para frequentarem o Ensino Superior e sublinha um conjunto de dificuldades encontradas, sugerindo ainda melhorias quanto à integração destes estudantes. Refere-se a duas faces da mesma moeda: por um lado, o acesso facilitado a esta população no Ensino Superior pelas vagas e acordos/protocolos disponíveis; por outro lado refere-se ao aspecto da progressão no Ensino Superior, na medida em que, em seu entender, o acesso está evidentemente facilitado, enquanto a progressão deixa dúvidas, pois que as dificuldades de integração identificadas poderão condicionar e comprometer essa progressão.

Defende a autora que, se para uns, a experiência de estudo noutro país envolve desafios, que se revelam “enriquecedores e facilitadores do seu desenvolvimento pessoal e social”, para outros, “poderá ser uma experiência negativa quando marcada por dificuldades de ordem social, económica e afectiva”, devido a dificuldades relativas “à adaptação a uma nova cultura, inevitavelmente ligada ao domínio da língua, à compreensão das regras e normas orientadoras de comportamentos, à adopção de novos valores, atitudes e padrões de comportamentos, poderá originar dificuldades quando existe uma perspectiva multicultural limitada”(p. 149).

A autora refere-se às dificuldades de progressão, apontando também o seu agravamento pela “inadequada formação anterior”; “Fraco domínio da língua portuguesa”; “dificuldades na aprendizagem dos conteúdos das disciplinas”, (p. 152) enquanto principais obstáculos à sua integração e segundo a autora, à sua progressão.

Pires (2001:21), defende também que “apesar de a sua experiência ser semelhante à dos demais estudantes universitários (separar-se da família, desenvolver a

¹ Estudo intitulado “Estudantes dos PALOP e de Timor Lorosae na Universidade de Coimbra: Identificação das necessidades através de Focus Group”

² Revista Psicologia XIX, volume 2, pp. 149-157.



autonomia e carreira, elaborar projectos de vida e realizar objectivos académicos (...) ” considera que “existem particularidades no contexto da adaptação dos estudantes dos PALOP no Ensino Superior (dada a influência de variáveis socioeconómicas e políticas), que são desafios à adaptação e à realização de objectivos académicos de modo diferente.”

A questão de que o estudante dos PALOP conhece desafios acrescidos de adaptação no meio académico, encontra eco nos trabalhos de Furnham (1997, citado por Pires, 2001, p. 18) que ainda que trate outros estudantes, defende o seguinte: “Como é óbvio, o estudante estará bastante vulnerável, na medida em que se encontra face a novas realidades, terá que aprender a viver num novo espaço sociocultural; terá que fazer as suas aprendizagens académicas num novo sistema e nível de ensino com todos os desafios a este inerentes.”

Ainda Pires destacou a importância do papel que as universidades devem assumir, no sentido de identificar e despistar as situações problemáticas manifestadas pelos seus estudantes, designadamente de adaptação e rendimento académico, “as características pessoais do estudante bem como os apoios que a universidade disponibiliza são importantes para que este seja capaz de gerir a influência dos desafios que se apresentam, simultaneamente, como estímulos ao desenvolvimento e à adaptação. As dificuldades nas diversas áreas de adaptação associam-se, segundo a autora, sobretudo a um fraco rendimento académico e a um pobre sentimento de realização” (Pires 2000:24).

O estudo: “Estudantes dos PALOP na Universidade de Évora: do Levantamento de Dificuldades e Necessidades à Procura de Soluções”³, remete para as dificuldades específicas que os estudantes dos PALOP enfrentam aquando da entrada e permanência no Ensino Superior português. O trabalho remete para a perspectiva das necessidades e dificuldades sentidas pelos estudantes universitários oriundos dos PALOP aquando do seu ingresso no ensino superior português.

Pires (2000), mas também Figueiredo (2005), identificam as seguintes dificuldades principais: financeiras, (relacionadas com a insuficiência dos montantes das

³ Dissertação de Mestrado em Sociologia da aluna Maria João Figueiredo, Évora, 2005, Universidade de Évora, Departamento de Sociologia.



bolsas de estudo para custear as despesas correntes); em termos de alojamento (sem acesso garantido às residências de estudantes, a opção é um quarto com preço difícil de suportar); as dificuldades académicas associadas a uma falta de preparação académica anterior e dificuldades de integração em grupos de estudo e com os restantes grupos da instituição; as dificuldades extra académicas apresentadas pela autora foram aquelas de natureza cultural, associadas à integração no novo meio com diferenças em termos de clima, alimentação, etc. Bem como as dificuldades linguísticas, ao nível da compreensão e interpretação da língua portuguesa e fraco domínio de outras línguas estrangeiras.

Figueiredo (2005) defende ainda que, face às dificuldades identificadas, se poderia apostar em apoios, claramente em falta, nomeadamente na fase de acolhimento dos alunos, a fim de se evitarem sentimentos de abandono. Entre esses apoios poderiam contar-se: i) recepção à chegada ao aeroporto; ii) apoio no processo de matrícula no Ensino Superior; iii) apoio no processo de legalização no SEF⁴ e iv) apoio no processo de obtenção de quarto nas residências.

⁴ Serviços de Estrangeiros e Fronteiras





1.1. APONTAMENTOS SOBRE A EDUCAÇÃO NOS PALOP

A situação da educação nos PALOP está intimamente ligada à existência de constrangimentos de ordem económica e política.

De um modo geral, naqueles países, as principais dificuldades no campo da educação referem-se a: falta de formação de Professores, condições insuficientes em termos de infra-estruturas e falta de condições no acesso à escola, em casos devido a situações de conflito armado.

Nalguns países, como é o caso da Guiné, os problemas das instituições, designadamente os problemas financeiros, curriculares e de infra-estruturas, assim como aqueles relacionados com os equipamentos, têm vindo a agravar-se em virtude dos sucessivos conflitos armados, que por sua vez afectam as instituições de ensino ao nível da destruição das instalações, e da instauração de um ambiente que facilita os roubos e pilhagens de equipamentos, por exemplo.

Esta situação é agravada pela ausência de fundos destinados ao investimento e maior financiamento na área, investimentos que não são sequer previstos no Orçamento de Estado por causa da falta de liquidez do tesouro público.

Victor Kajibanga (2004), sociólogo angolano de referência, levou a cabo um estudo aprofundado sobre a educação em África: segundo o autor, há quatro aspectos que devem estruturar o debate sobre o Ensino Superior em África, serão eles:

- i) Avaliação dos percursos históricos e sociais da Universidade Africana;
- ii) a questão da actual crise estrutural e conjuntural do Ensino Superior no continente;
- iii) a questão ligada às crises de pertinência, qualidade, gestão e financiamento do Ensino Superior;
- iv) a problemática das liberdades académicas e responsabilidade social das universidades africanas assim como a ideia de missão e funções da Universidade Africana no século XXI.

Segundo o autor, sucede muitas vezes que os estudantes destes países, que vão frequentar o Ensino Superior para o estrangeiro, depois não regressam ao país de



origem, quando com certeza era esse o seu objectivo - regressar e contribuir para o desenvolvimento do seu país.

Várias são as razões apontadas para esta realidade, uma das quais refere-se ao facto de que aqueles que regressam levam consigo considerável conhecimento e aptidão, mas a sua especialização está geralmente dependente dos paradigmas e agendas dos países e regiões onde estudaram. Assim, tal como defende Tolentino (2005:219) “mesmo nos casos de regresso físico, ocorre a fuga oculta dos cérebros”.

Durante a nossa própria pesquisa, também acedemos a informação relativa a situações de países onde ocorrem/ocorreram conflitos armados e onde acontece que a muitos dos recém-formados que regressam ao país de origem, não lhes é possível organizar a sua vida segundo as condições que desejariam, tendo muita dificuldade para conseguir emprego, seja pela instabilidade gerada pela situação política, seja pela falta de uma rede mais sólida de conhecimentos que pudessem agilizar a sua entrada no mercado de trabalho existente. Situações como esta, dão muitas vezes origem ao regresso “forçado” a Portugal, país onde estudaram e o testemunho da sua experiência, dissuade os colegas que mantinham igual pretensão em regressar ao seu país.

Muitos estudantes destes países prosseguem os seus estudos no estrangeiro. Esta realidade “ (...) resulta da necessidade dos governos desses países em solucionar a falta de quadros aí existentes, ao mesmo tempo que satisfaz o desejo da maioria dos jovens – estudar no estrangeiro ou sair do país que muitas vezes não oferece as condições desejáveis para a sua formação e desenvolvimento” (Pires, 2001: 246).

Contudo, e tal como se pode verificar, da exposição que deixamos, relativamente ao ensino nos diversos PALOP, tem havido uma clara mudança ao nível da educação nas últimas décadas. Na verdade, é cada vez maior o número de indivíduos com acesso à educação, assistindo-se assim a uma diminuição dos números do analfabetismo.

Concluimos, do mesmo modo, que se regista também algum progresso no tocante a uma tendência (geral) das pessoas em prosseguirem para níveis mais avançados de instrução. Este facto, está certamente ligado ao aumento da oferta de ensino, tendo-se verificado especialmente um aumento da oferta formativa ao nível do ensino superior.



A EDUCAÇÃO NOS PALOP: O CASO DE ANGOLA

Em Angola, actualmente, a taxa de alfabetização de adultos (percentagem com 15 ou mais anos) situa-se nos 54.2 para as mulheres e 82.9 para os homens. A taxa líquida de frequência do ensino primário é de 77% e a taxa de frequência do ensino secundário situa-se nos 19%⁵.

O Ensino Superior em Angola é relativamente recente. Nos anos 60 surgiam os primeiros passos pela mão de os “Estudos Gerais Universitários”. Até 1976, Angola contava com cerca de 5 instituições de ensino superior, sendo a principal a Universidade de Angola (em 1985, passa a ter o nome de Universidade Agostinho Neto, designação que se mantém até hoje), havendo cerca de 1110 estudantes inscritos.

Nos anos noventa, o sistema de Ensino Superior sofreu algumas mudanças, tendo-se registado nesta época a criação do primeiro estabelecimento de ensino privado, em 1992, a Universidade Católica de Angola (UCAN).

Em 2001, a população universitária era de 11,178 tendo-se graduado 2669 estudantes.

Hoje em dia, existem 26 Instituições de Ensino Superior Públicas: 7 universidades públicas, 1 academia e 12 Instituições Públicas Autónomas às universidades, contando com 61,625 alunos inscritos, totalizando 53% da população estudantil do país.

O número de estabelecimentos de ensino superior privado é de 12, sendo 10 universidades e 2 Institutos Superiores. Todas as Instituições de ensino privado estão sedeadas em Luanda. Nalgumas províncias existem pólos destas em funcionamento. Estão matriculados 55,180 estudantes, os quais representam cerca de 47.2% do universo dos estudantes do ensino superior.

Em termos de bolsas de estudo, de acordo com os dados a que acedemos⁶, em 2008 e 2009 foram atribuídas, respectivamente, 3000 bolsas internas (bolsas de estudo atribuídas a estudantes angolanos que prosseguem os estudos no país) entre estudantes

⁵ “Reflexões Sobre a Educação em Angola” pp. 18-20, disponível em <http://www.med.gov.ao/VerPublicacao.aspx?id=651>

⁶ Reflexões Sobre a Educação em Angola” p. 51, disponível em <http://www.med.gov.ao/VerPublicacao.aspx?id=651>



de ensino privado e ensino público. Em termos de bolsas externas, para alunos que prosseguem os estudos universitários fora do país, registam-se 1818 alunos bolseiros, dos quais 1586 frequentam a Licenciatura; 60 um Mestrado e 172 o Doutoramento.

A EDUCAÇÃO NOS PALOP: O CASO DE CABO VERDE

Em Cabo Verde, em 2000, a taxa de alfabetização situava-se nos 74% e em 2010 já se situava nos 83% (Censos 2010)⁷.

Neste país, tem-se verificado uma evolução, especialmente na frequência de um maior número de pessoas e em níveis de ensino mais avançados. Se compararmos os censos de 2000 e 2010 verificamos esta realidade, inclusive refere-se que o número de estudantes a frequentar o ensino médio e superior quintuplicou em 10 anos⁸. Em 2000, frequentavam estes níveis de ensino 2% da população. Actualmente (2010) mais de 7% da população estava matriculada no ensino superior.

O Ensino Superior foi implementado em Cabo Verde no final da década de setenta. Actualmente, as instituições de Ensino Superior existentes em Cabo Verde são: a Universidade de Cabo Verde (Uni-CV), o Instituto Superior de Educação (ISE), o Instituto Superior de Engenharia e Ciências do Mar (ISECMAR), o Instituto Superior de Ciências Económicas e Empresariais (ISCEE), a Universidade Jean Piaget de Cabo Verde e o Instituto de Ensino Superior Isidoro Graça (IESIG). Contudo, há outras instituições que oferecem formação e investigação, como o caso do Instituto Nacional de Investigação e Desenvolvimento Agrário (INIDA), o Centro de Formação Agrária (CFA), o Instituto Nacional de Administração e Gestão (INAG). Estes institutos cooperam com os que têm a designação de Instituto Superior, desenvolvendo acções de formação, leccionando cursos de bacharelatos, dando apoio no âmbito das investigações.

Actualmente, a formação pós secundária e universitária é feita preferencialmente no exterior, mas há um número considerável de alunos que optam por prosseguir os seus estudos no país. A adesão tem sido grande. Interessante é verificar que, hoje em dia, as

⁷ <http://www.ine.cv/>

⁸ Fonte: Censos 2010 em <http://www.ine.cv/>



idades dos alunos que frequentam o Ensino Superior no país variam muito, desde os 18 anos aos 40 e mais anos (Censos 2010).

A EDUCAÇÃO NOS PALOP: O CASO DA GUINÉ-BISSAU

Por seu turno, a Guiné-Bissau figura entre os países da África Subsariana com as maiores dificuldades no que se refere à universalização da educação primária. De acordo com o Ministério da Educação e Ensino Superior (2007), e segundo os dados disponibilizados no relatório nacional sobre o desenvolvimento humano na Guiné-Bissau, produzido pelo PNUD em 2006, a taxa líquida da escolarização primária na Guiné-Bissau em 2003-2004, estava compreendida entre os 54% e os 56,9%, deixando um grande número de crianças fora da escola ou atrasados em sua escolarização (47,7% para as jovens raparigas e 44,3% para os jovens rapazes).

Na Guiné-Bissau, 41,1% de crianças em idade escolar frequentam uma escola primária. A nível nacional não existem muitas diferenças entre a escolarização de rapazes e de raparigas – respectivamente 44,4% e 37,7%. A taxa analfabetismo dos adultos é de 80,0%, sendo 83,0% na população feminina.

Menos de metade (43,2%) das crianças que entram no primeiro ano da escola primária atingem posteriormente o nível da 5.^a classe. Uma recente revisão aos dados oficiais de 1999/2000 mostra que 42% dos jovens acede ao 5.^o nível e que 51,2% das crianças que entram no primeiro ano da escola primária atingem posteriormente o grau 4. 36 % da população com mais de 15 anos de idade sabe ler e escrever⁹.

A escolaridade obrigatória no país é o sexto ano. Dados referentes a 2010, indicam que a taxa líquida de frequência do ensino primário é de 67% e do ensino secundário é de 24% (MICS 2010).

A Guiné assumiu o compromisso de “educação para todos até 2015”: na Conferência de Dakar em 2000; Objectivo 4, EFA, Dakar: Assegurar que até o ano 2015 haja uma redução dos níveis de analfabetismo para cerca de 50 %, em particular nas mulheres, e facilitar que todos os adultos tenham acesso equitativo à educação básica e à educação permanente.

⁹ Fonte: MICS, 2010, Instituto Nacional de Estatística.



Actualmente, a taxa de alfabetização (maiores de 15 anos que podem ler e escrever) é na generalidade da população de 42.4%, sendo esta taxa de 27.4% para as mulheres e 58.1% para os homens.

Relativamente ao Ensino Superior, inicialmente os guineenses eram incentivados a prosseguir os seus estudos superiores no estrangeiro, mas atendendo à crescente procura e à insuficiência de bolsas para estes alunos, o país foi sentindo necessidade de criar o seu próprio sistema de Ensino Superior.

A Guiné-Bissau dispõe neste momento das seguintes instituições de ensino superior: Escola Tchico Té (Escola de Formação de Professores, fundada em 1979); Escola Nacional de Educação Física e Desporto (desde 1986); Centro de formação Administrativa (inicialmente com cursos médios mas também, desde 2008, com Licenciaturas, com cerca de 250 alunos inscritos); a Faculdade de Direito de Bissau (desde 1990). Em termos de Instituições privadas temos a Universidade Lusófona da Guiné e a Universidade Colinas de Boé.



A EDUCAÇÃO NOS PALOP: O CASO DE MOÇAMBIQUE

Em Moçambique, o acesso à alfabetização e educação básicas constam de vários instrumentos legais e de políticas de desenvolvimento do país. De entre eles se destacam a Constituição da República de Moçambique, que define a educação como um direito de todo cidadão (art.º 88.º) e como um caminho para a unidade nacional, a erradicação do analfabetismo, o domínio da ciência e da técnica, bem como a formação moral e cívica dos cidadãos (art.º 113.º); o Programa do Governo para 2000-2004, que preconizava o relançamento da alfabetização e que tinha como objectivo a redução do analfabetismo em 10%.

De acordo com o Instituto Nacional de Estatística (2004), a taxa média de analfabetismo entre a população adulta do país situava-se à volta de 53,6%¹⁰, sendo mais elevada nas zonas rurais (65,7%) do que urbanas (30,3%) e mais saliente nas mulheres (68%) do que nos homens (36,7%). Contudo, num país com a dimensão e a diversidade de Moçambique, há a registar discrepâncias entre diferentes regiões.

Hoje, o número de Instituições de Ensino Superior é de 23 de entre Públicas (11) e Privadas (12). O número de estudantes do Ensino Superior ascende a 28000, com cerca de 1389 docentes a tempo inteiro em todas Instituições de Ensino Superior¹¹.

Moçambique, de acordo com Tolentino (2005), tem sido indicado como o país que, no âmbito da evolução do Ensino Superior nos PALOP, em termos absolutos, registou os maiores progressos.

A EDUCAÇÃO NOS PALOP: O CASO DE SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE

Já em São Tomé e Príncipe, notou-se que foram nos níveis primários onde se registou a maior evolução nos últimos tempos, mencionando como principais causas uma maior acessibilidade das infraestruturas educativas.

¹⁰ Em 2007 esta taxa apresentava valores semelhantes, cerca de 52%; fonte: http://www.ine.gov.mz/o_ine/Pllano_Estrat.pdf

¹¹ http://www.portaldogoverno.gov.mz/Informacao/edu/subfo_inst_ens_sup/



Por outro lado, verifica-se um decréscimo da taxa de admissão à medida que a escolaridade aumenta, isto é, em 2005 só 76% das crianças atingiam a 5.ª classe. De facto, entre os anos 5.º a 9.º é onde se verificam as taxas mais elevadas de repetição ou abandono. Por exemplo, em 2006, de um total de 1429 alunos, apenas 429 apresentavam idade adequada à frequência deste ano, traduzindo um elevado número de reprovações, factos explicados pela ausência de professores qualificados e ainda a redução de horas lectivas (para 3) no ensino primário não permitindo a devida aquisição de competências.

A taxa de alfabetização é de 87.9%. Os níveis de alfabetização decresceram também desde o início dos anos 90, só tendo sido retomados recentemente, em resultado da implementação do programa “Educação Solidária”, apoiado pela cooperação brasileira (Associação alfabetização solidária, AlfaSol); no entanto, o analfabetismo funcional mantém-se muito elevado.

Neste país, só na década de 90 é que foi dada prioridade ao Ensino Superior. Actualmente,¹² existem três Instituições: uma pública e duas privadas (com fins lucrativos). O Instituto Universitário de Contabilidade, Administração e Informática (IUCAI), criado na década de 90 funciona actualmente em regime pós-laboral, na área da Gestão, e dirige-se a um público mais restrito, de maiores rendimentos. Outra Instituição é a Universidade Lusíada (criada em 2005), a funcionar desde o ano lectivo de 2006/2007, com cerca de 200 alunos, a frequentarem cursos nas áreas de Ciências Empresariais, Direito e Informática (a criação destes institutos decorreu sobretudo da necessidade de colmatar falhas decorrentes da inexistência do 12.º ano, sendo os cursos propedêuticos).

A formação dos restantes Técnicos Superiores faz-se no estrangeiro, através da concessão de bolsas de cooperação dos países receptores. Contudo, “esta formação parece não ter trazido a mais-valia desejada para São Tomé e Príncipe, em consequência da sua fixação nos países de acolhimento, depois de concluída a formação” (Cardoso 2004).

¹² “Educação São Tomé e Príncipe”, p. 11, em http://www.africanos.eu/ceaup/uploads/PAG66_03.pdf



1.2. COOPERAÇÃO PORTUGAL - PALOP NA ÁREA DA EDUCAÇÃO

Podemos dizer que a ideia actual de Cooperação Internacional começou a ganhar corpo no período pós segunda guerra mundial, com a criação de instituições internacionais, bem como com o lançamento de programas de cooperação internacional para o desenvolvimento, como forma de dar resposta às muitas sequelas deixadas pelo conflito.

Quando se fala em cooperação, entende-se em regra a necessidade de se auxiliar alguém, algum grupo, alguma instituição, um país ou até uma região a atingir um objectivo. No caso que aqui tratamos, dedicamo-nos à Cooperação no sentido do desenvolvimento, mais concretamente no sentido de ajuda pública ao desenvolvimento, no campo da educação, envolvendo-se em concreto as relações que no âmbito destas matérias (a educação) se têm estabelecido entre Portugal e os Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa. Por meio da relação de cooperação, procura-se criar no país ou países beneficiários de alguns programas, acordos ou protocolos, condições que promovam o desenvolvimento - no sentido daquilo a que poderíamos chamar uma “ajuda à auto-ajuda” com o objectivo de se estimular o desenvolvimento.

As relações, anteriores a Abril de 1974, de Portugal com os países africanos, eram as que decorriam da sua condição de país colonizador, sendo a sua contribuição para a cooperação praticamente inexistente.

Com a descolonização, foram criadas condições para que o relacionamento de Portugal com as suas antigas colónias caísse no âmbito da cooperação para o desenvolvimento, do mesmo modo em que se abriram também novas perspectivas no âmbito da cooperação internacional sobretudo com outros Países em Vias de Desenvolvimento (PVDs) do continente africano.

A decisão política da descolonização motivou uma intensa actividade diplomática que, ainda em 1974, deu origem ao desenvolvimento de acordos de cooperação, que no fundo são instrumentos diplomáticos, que por seu turno, acabam por ser instrumentos jurídicos com alcance político, económico e também diplomáticos, que contêm os princípios gerais que enquadram o comportamento das partes envolvidas no processo de cooperação.



De entre esses princípios destacam-se: “ (...) o princípio do respeito mútuo pelas soberanias; o princípio da igualdade; o princípio da promoção e desenvolvimento da cooperação; o princípio da regulamentação específica; o princípio da solicitação prévia da acção cooperante pelo país beneficiário; o princípio da reciprocidade de vantagens; o princípio do tratamento da nação mais favorecida; o princípio do apoio financeiro; o princípio do respeito pela legislação interna de cada estado” (Ministério dos Negócios Estrangeiros, 1995).

Embora os acordos de cooperação e amizade entre Portugal e os PALOP nos domínios científico e cultural tenham já sido celebrados há algumas décadas, a verdade é que a questão da cooperação em matéria de educação foi sendo reforçada ao longo dos anos, indo para além dos laços linguísticos e culturais que unem os países, muito particularmente no contexto da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP).

De facto, a partir de 1998, “os objectivos da CPLP estenderam-se formalmente à educação em geral e mais especialmente ao ensino superior” (Ferronha 1996:128). Foi celebrado o acordo de cooperação entre as instituições de ensino superior dos estados membros, com o objectivo de formar e especializar docentes, desenvolver projectos comuns e reconhecer os sistemas de ensino dos diversos membros.

“A cooperação portuguesa na área da educação com os PALOP (...) insere-se nessa perspectiva da lusofonia, e dessa maneira radica-se numa vontade política cimentada em laços afectivos e efectivos de cooperação, e como diz a raiz etimológica do latim *co* mais *operar*, que significa trabalhar em conjunto e se acrescentarmos a educação, *educare*, seguir o caminho, conduzir através de, acrescentaríamos que esta cooperação não deveria ser apenas unilateral, isto é, deveríamos também aprender com o outro lado e nesta conformidade o conceito tanto inclui educação como formação.” (Ferronha 1996:124)

Os acordos de cooperação são os instrumentos diplomáticos por excelência e são os documentos que formalizam e consagram os princípios da Cooperação.



1.2.1. ACORDOS DE COOPERAÇÃO COM ANGOLA

O Governo da República Portuguesa e o Governo da República Popular de Angola estabeleceram entre si um acordo geral de cooperação, assinado em 26 de Junho de 1978 (ratificado em Portugal pela lei n.º 6/79, de 9 de Fevereiro)¹³, este acordo teve como objetivos: “consolidar as relações de amizade e solidariedade entre os respectivos povos, com base nos princípios do respeito mútuo pela soberania nacional, integridade territorial, igualdade (...)” promovendo a cooperação nas áreas cultural, científica, técnica e económica, constituíram principais objectivos deste acordo o “reforço do intercâmbio cultural e científico entre os dois povos, bem como a valorização da língua portuguesa no âmbito das relações internacionais” (lei n.º 6/79, de 9 de Fevereiro).

Nestes acordos previa-se que, através da cooperação, fossem criados mecanismos conducentes ao desenvolvimento científico e técnico da outra parte, através, por exemplo, de instrumentos que facilitassem o acesso dos nacionais de uma das partes aos seus estabelecimentos de ensino (art.º 3.º, alínea b) da lei n.º 6/79, de 9 de Fevereiro).

Com base num desejo recíproco de desenvolver a cooperação e o intercâmbio nos domínios da ciência, da cultura e da tecnologia, estes países celebraram ainda um acordo cultural (decreto-lei n.º 146/79, de 28 de Dezembro¹⁴), em que, através do seu art.º n.º 3.º, prevê-se que:

“As Partes Contratantes incentivarão a cooperação e o intercâmbio entre as respectivas instituições ou estabelecimentos oficiais de carácter científico, cultural ou técnico, que tenha directa incidência no desenvolvimento do processo cultural dos dois povos, nomeadamente através de,

a) Concessão de bolsas de estudo a nacionais da outra Parte para iniciar ou prosseguir estudos, estágios, cursos de especialização ou aperfeiçoamento, em condições a fixar;

¹³ Publicada no Diário da República, n.º 34, I Série, tal como consta da Bibliografia.

¹⁴ Publicado no Diário da República, n.º 298, I Série, tal como consta da Bibliografia.



b) Estudo das condições que permitam o reconhecimento e eventual equivalência ou equiparação de graus ou títulos académicos, diplomas ou certificados de estudo, feitos em qualquer das partes”.

Posteriormente, em 1991, com a introdução do novo acordo de Cooperação, instituído pelo decreto-lei n.º 29/91, de 19 de Abril¹⁵, e ainda como se refere no acordo, numa base de “aprofundamento dos laços de amizade e cooperação já existentes entre os dois países”, verifica-se uma nova instituição de atribuições no domínio da cooperação em educação, ensino, formação de quadros e investigação científica, em regime de reciprocidade, destacando-se o previsto no art.º 2.º, alínea f), a “(...) colaboração entre estabelecimentos de ensino de nível superior ou de investigação científica” e, na alínea g), “concessão, com base na reciprocidade, de bolsas de estudo, a fim de facilitar aos estudantes, graduados e investigadores, os meios para a continuação dos seus estudos e investigações nas universidades ou outras instituições de ensino ou de investigação e nelas aperfeiçoar a sua formação”.

Concretamente, e ainda no mesmo diploma, no que se refere à cooperação em matéria de acesso às instituições de ensino, nomeadamente em termos de equivalências, é referido que a “Parte Portuguesa” permitirá o acesso aos seus estabelecimentos de ensino superior, dos alunos provenientes de Angola, em condições “não menos favoráveis do que aquelas usufruídas pelos cidadãos portugueses em iguais circunstâncias” (art.º 5.º); prevendo-se também a atribuição de bolsas de estudo a conceder nos termos do acordo para a frequência dos estabelecimentos de ensino universitário e não universitário, ensino técnico-profissional, cursos de pós graduação, estágios, actividades de investigação, entre outras actividades (art.º 6.º).

Para tal, a “Parte Angolana” deve apresentar anualmente à “Parte Portuguesa” os pedidos de bolsa, nos quais devem constar expressamente o fim a que se destinam (art.º 7.º). Esta última comunicará, após decisão, o número de bolsas atribuídas, com indicação clara do montante e quais as actividades a que se destinam (art.º 8.º).

A 12 de Março de 1992, é publicado (decreto n.º 18/92)¹⁶ novo acordo de cooperação nos domínios “Sócio - Cultural, Científico e Tecnológico” entre os dois

¹⁵ Publicado no Diário da República, n.º 91, I Série-A, conforme consta da Bibliografia.

¹⁶ Publicado no Diário da República, n.º 60, I Série-B, conforme consta da Bibliografia.



países, no entanto, este não introduz grandes alterações em matéria de cooperação no âmbito do Ensino Superior.



1.2.2. ACORDOS DE COOPERAÇÃO COM CABO VERDE

O acordo geral de cooperação e amizade entre Portugal e Cabo Verde foi assinado, em Lisboa, a 19 de Dezembro de 1974. O acordo foi celebrado numa base de amizade e solidariedade recíprocas, antevendo a independência de Cabo Verde em relação a Portugal, a qual ocorreria meses depois. O acordo viria a ser publicado no Diário da República Portuguesa, no decreto-lei n.º 78/76, de 27 de Janeiro¹⁷.

Neste acordo, as partes comprometiam-se a cooperar para o processo de desenvolvimento científico e técnico do outro, por exemplo, e conforme o art.º 3.º, n.º 1, através da disponibilização de pessoas e meios técnicos qualificados e adequados e facilitando o acesso de cidadãos cabo-verdianos a estabelecimentos de ensino portugueses.

Posteriormente, em 1976, Portugal e Cabo Verde celebram o Acordo de Cooperação nos domínios do Ensino e da Formação Profissional (publicado com o decreto lei n.º 23/77, de 2 de Março)¹⁸. Neste acordo é aprofundada a questão da atribuição de bolsas de estudo para a prossecução dos estudos no outro país, estabelecendo os fins a que se destinam as bolsas (isto é, quer fosse ensino secundário ou superior, estágios ou cursos de formação profissional) e prevendo os procedimentos de atribuição deste apoio e outros benefícios dos bolseiros neste termos, tais como, isenção de propinas e assistência médica.

Mais tarde, por via do decreto n.º 50/77, de 12 de Abril¹⁹, é assinado um acordo cultural resultante dos princípios gerais constantes do *Acordo Geral de Cooperação e Amizade* e com o intuito de incentivar o “respeito mútuo pelos valores culturais próprios, o intercâmbio cultural, artístico e científico entre ambos os povos, assim como a difusão da língua comum” (veja-se o decreto n.º 50/77, de 12 de Abril).

¹⁷ Publicado no Diário da República, n.º 22, I Série, conforme consta da Bibliografia

¹⁸ Publicado no Diário da República, n.º 51, I Série, conforme consta da Bibliografia

¹⁹ Publicado no Diário da República, n.º 285, I Série, conforme consta da Bibliografia



Este acordo previa a criação de institutos de promoção da cultura de um país no outro, bem como o livre acesso aos estabelecimentos públicos de ensino de estudantes “da outra parte”, em igualdade de condições com os seus nacionais.

Este acordo definia ainda uma série de condições que facilitassem o acesso dos estudantes de um país aos estabelecimentos de ensino do outro, designadamente através de equivalências e graus, títulos e diplomas, ajustes no calendário lectivo e possibilidade de exames *ad hoc* para fins de acesso aos planos curriculares no país de destino.

Há referência também à concessão de bolsas de estudo, quer por parte de Portugal, quer por parte de Cabo Verde, para início ou prossecução de estudos e estágios de estudantes Cabo-Verdianos.

A promoção da cultura e do saber fica salvaguardada pela difusão em ambos os territórios, através da edição de livros, jornais ou revistas; realização de conferências, festivais, entre outros, bem como pelo intercâmbio de pessoas e de trocas de informação, e ainda pela criação de conteúdos nos programas curriculares dos cursos de Ensino Superior dos diversos domínios culturais da outra parte.

As linhas orientadoras previstas nestes acordos ditam até aos nossos dias o ritmo da cooperação entre ambos os países, havendo ocasionalmente acordos complementares, os designados protocolos adicionais aos acordos culturais celebrados.



1.2.3. ACORDOS DE COOPERAÇÃO COM A GUINÉ-BISSAU

A definição dos instrumentos de cooperação entre a Guiné-Bissau e Portugal, surgiram em 1976, com a celebração do acordo Geral de Cooperação.

Anos antes, ainda em 1974, tinha sido assinado um protocolo entre o Partido Africano de Independência da Guiné e o Governo Português, que estaria na origem do reconhecimento da Guiné como país soberano. Neste Protocolo de Acordo, assinado em Argel a 26 de Agosto, entre o Partido Africano de Independência da Guiné e Cabo Verde e o Governo Português, estava já previsto o estabelecimento de relações de amizade e cooperação entre as partes, nomeadamente prevendo-se um compromisso mútuo quanto à cooperação nos domínios: económico, financeiro, cultural e técnico.

Este protocolo estaria então na origem do Acordo Geral de Cooperação e Amizade, publicado no decreto-lei n.º 75/76, de 27 de Janeiro²⁰, prevendo formas de cooperação recíproca com o fim de reforço do intercâmbio cultural e artístico, e da difusão da língua comum, com o respeito pelas respectivas culturas.

No seu art.º 3.º, n.º 1) estão previstas formas de cooperação em matéria de ensino, nomeadamente o facilitar o acesso de cidadãos guineenses aos estabelecimentos de ensino portugueses e a contribuição para a formação de quadros guineenses.

Este diploma foi ratificado, dando origem ao decreto-lei n.º 76/76, de 27 de Janeiro²¹, como o Acordo de Cooperação Científica e Técnica entre o estado da Guiné-Bissau e República Portuguesa, com o intuito de contribuir para o progresso da Guiné-Bissau, através da transmissão de conhecimento e formação de quadros guineenses, estabelecendo-se para o efeito que Portugal facilitaria o acesso de cidadãos guineenses indicados pelo seu país aos estabelecimentos de ensino e formação, bem como estágios profissionais em organismos públicos ou privados.

²⁰ Publicado no Diário da República, n.º 22, I Série, conforme consta da Bibliografia

²¹ Publicado no Diário da República, n.º 22, I Série, conforme consta da Bibliografia



Prevía-se ainda com a introdução deste diploma salvaguardar o intercâmbio de conhecimento e informação entre estabelecimentos, nomeadamente pela troca de documentos e informação científica e técnica.

Mais tarde é aprovado novo acordo de cooperação em matéria de ensino e formação profissional (decreto-lei n.º 38/78, de 18 de Abril)²². Com este, foram definidos os moldes de cooperação introduzidos com o Acordo de Cooperação Científica e Técnica, designadamente quanto ao acesso aos estabelecimentos de ensino e a promoção de estágios profissionais no outro país. No art.º 2.º há referência à atribuição de bolsas de estudo, a que se destinavam (que cursos, estabelecimentos, ...) e os trâmites da sua atribuição, como é feito o pedido, a atribuição e outros aspectos burocráticos.

No art.º 10.º está previsto o acesso de cidadãos guineenses em condições facilitadoras, quer a estabelecimentos de ensino quer a cursos profissionais, “ (...) as condições de admissão (...) não serão menos favoráveis que as usufruídas pelos nacionais”, havendo menção a outros direitos e regalias decorrentes desta situação.

Posteriormente, em 1979, os países celebram um acordo cultural, publicado no decreto n.º 144-A/79, de 28 de Dezembro²³, com o objectivo de estreitar as relações nos domínios da educação, da cultura, da ciência e da técnica para o conhecimento e enriquecimento dos respectivos patrimónios culturais.

Com este acordo definiram-se os instrumentos de promoção da cultura de um país no outro, nomeadamente pela criação de centros e institutos, tais como bibliotecas, escolas, entre outros (art.º 1.º) e para desenvolver o conhecimento da cultura do outro país, por exemplo pela realização de exposições ou pela edição de livros ou revistas (art.º 8.º). Prevê-se ainda o livre acesso de estudantes de um país em estabelecimentos públicos de ensino do outro em condições igualmente favoráveis às dos nacionais (art.º 2.º). Este protocolo permitia igualmente definir as circunstâncias de igualdade em termos de frequência de ensino, como equivalências de títulos e graus e ainda condições de atribuição de bolsas para prossecução de estudos e estágios.

²² Publicado no Diário da República, n.º 90, I Série, conforme consta da Bibliografia

²³ Publicado no Diário da República, n.º 298, I Série, conforme consta da Bibliografia



Os acordos vigoram até hoje, tendo havido, conforme previsto nos mesmos, acordos posteriores, específicos em determinadas matérias, como por exemplo o acordo celebrado em 2009, que previu a atribuição de 60 bolsas internas, isto é, para os estudantes que frequentassem determinadas instituições de ensino superior na Guiné.



1.2.4. ACORDOS DE COOPERAÇÃO COM MOÇAMBIQUE

A 2 de Dezembro de 1975 é assinado o Acordo Geral de Cooperação entre a República Popular de Moçambique e o Governo da República Portuguesa, cujo texto foi publicado pelo decreto n.º 692/75, de 12 de Dezembro²⁴.

Neste texto pode ler-se que o seu objectivo foi o de contribuição mútua para o progresso científico, tecnológico e económico dos países, através da realização de missões de estudo e investigação, concessão de bolsas de estudo e simplificação do acesso a estabelecimentos de ensino, disponibilizando programas e instrumentos para a concretização dos objectivos propostos.

Em 1990 foi celebrado novo protocolo (decreto n.º 37/90, de 5 de Setembro)²⁵ entre os países, o Acordo de Cooperação nos domínios da educação, do ensino, da investigação científica e da formação de quadros, prevendo no art.º 2.º, alíneas f) e g), respectivamente,

“ (...) Colaboração entre estabelecimentos de ensino de nível superior ou de investigação científica;

“ (...) Concessão (...) de bolsas de estudo a fim de facilitar aos estudantes graduados e investigadores os meios para a continuação dos seus estudos e investigações nas universidades ou outras instituições de ensino ou de investigação e nelas aperfeiçoar a sua formação.”

Neste acordo estão assim também previstos os instrumentos com vista a promover o acesso de estudantes de um país aos estabelecimentos de ensino do outro, os mecanismos de equivalência de programas e de graus, títulos, habilitações académicas, ..., o funcionamento da atribuição de bolsas de estudo, bem como o estabelecimento de acordos e convénios específicos entre institutos de ambas as partes.

²⁴ Publicado no Diário da República, n.º 286, I Série, conforme consta da Bibliografia.

²⁵ Publicado no Diário da República, n.º 205, I Série, conforme consta da Bibliografia.



1.2.5. ACORDOS DE COOPERAÇÃO COM SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE

O Acordo Geral de Cooperação e Amizade foi celebrado a 15 de Julho de 1975, poucos dias após a independência de São Tomé e Príncipe.

Portugal e São Tomé assinaram um acordo cultural, cujo texto foi publicado no decreto n.º 154/78, de 15 de Dezembro²⁶, com vista ao aprofundamento do conhecimento e promoção da cultura do outro país no seu território, com o intuito de incentivar o intercâmbio cultural, artístico, científico e desportivo entre ambas as partes; a promoção da língua portuguesa e o respeito mútuo pelos valores culturais próprios.

Tal como sucedeu com os restantes países, neste acordo também está protegida a cooperação em matéria de facilitar o acesso dos estudantes de uma das partes aos estabelecimentos de ensino de outra, em condições igualmente favoráveis às que conhecem os seus nacionais, fixaram-se também os termos aplicáveis à concessão de bolsas de estudos, meios e fins; o estabelecimento de conteúdos programáticos nos seus planos de estudo, bem como a sua divulgação em livros e outros instrumentos didáticos dos valores históricos e culturais da outra parte.

²⁶ Publicado no Diário da República, n.º 287, I Série, conforme consta da Bibliografia.



1.3. ATRIBUIÇÃO DE BOLSAS AO ABRIGO DOS ACORDOS DE COOPERAÇÃO

Nos acordos de cooperação entre Portugal e os PALOP, em matéria de educação e científica, está prevista a atribuição de bolsas de estudos aos nacionais do “outro país” a estudar no território português.

Assim, e porque merece destaque para o nosso estudo, focaremos a questão do funcionamento e atribuição das bolsas de estudo, conforme previstas nos acordos de cooperação celebrados, frisando mais uma vez que o procedimento é comum aos estudantes oriundos de todos os PALOP.

As bolsas concedidas nos termos dos acordos celebrados, são destinadas à frequência de universidades, de instituições de Ensino Superior não universitário ou de estabelecimentos de ensino médio e secundário; os cursos de pós-graduação que exijam a frequência em instituições próprias; a realização de estágios, formação de professores e outros quadros e ainda cursos de especialização de carácter intensivo e para a participação em projectos de investigação.

O processo de atribuição de bolsas é feito entre os chamados “canais institucionais” que se articulam entre si, ou seja, o candidato deve numa primeira abordagem contactar as autoridades locais responsáveis pelo processo e não directamente com a instituição que vai atribuir o apoio.

O processo de candidatura implica que, anualmente, uma parte – país (Parte solicitante) apresenta à outra (Parte solicitada) os pedidos de bolsa dos estudantes nacionais do seu país, com indicação expressa do curso, especialidade, estágio ou sector de investigação a que se destina, em data a acordar por ambas as partes conforme os calendários lectivos ou períodos de realização de estágios ou de actividades de investigação.

A parte solicitante comunica à outra, em data a definir por ambas, a seriação dos candidatos pré-seleccionados para a frequência dos seus estabelecimentos, e mais tarde dos candidatos seleccionados, apresentando-os de forma hierarquizada, bem como a documentação de suporte para a frequência da actividade proposta.

Do mesmo modo, a parte solicitante (país, por via dos canais institucionais) deve facultar aos bolseiros (nacionais daquele país) a documentação a apresentar na



instituição de destino, à qual se devem apresentar dias antes do início da actividade a que se destinam, estes devem apresentar as informações que lhe foram solicitadas pela parte solicitada.

As bolsas destinadas à frequência de cursos de ensino médio, secundário ou superior, têm a duração de um ano lectivo e podem ser renovadas por períodos sucessivos até ao limite da duração do curso, mais um ano. Para efeito de renovação da bolsa é exigida certidão de aproveitamento escolar bem como certificado de matrícula, normalmente até ao dia de início das aulas do ano lectivo a que respeita a bolsa/renovação. No caso por exemplo de bolsas destinadas a programas de investigação ou formação especializada estas duram o que a actividade durar, sem direito a prorrogação, salvo casos excepcionais devidamente justificados.



1.3.1. O PAPEL DO INSTITUTO PORTUGUÊS DE APOIO AO DESENVOLVIMENTO

Nota: no início de 2012, com a publicação do decreto-lei n.º 21/2012, de 30 de Janeiro, o Instituto Camões funde-se com o IPAD, passando aquele a designar-se por Camões – Instituto da Cooperação e da Língua, cabendo-lhe as atribuições em matéria de cooperação anteriormente associadas ao IPAD.

Este facto sucede durante o percurso de realização deste estudo, levando-nos à dúvida sobre o valor de se continuar a fazer neste texto, como se previra, referência ao papel daquele Instituto nas questões associadas à cooperação Portugal-PALOP no âmbito da Educação.

Contudo, e uma vez que a nossa pesquisa e os dados recolhidos se referem aos anos de 1999 a 2010, e neste período as bolsas de estudo eram de facto concedidas pelo IPAD optámos por manter as referências a esta instituição.

Importa também referir que outro factor que nos fez optar por manter o percurso inicialmente previsto, se prendeu com as limitações de tempo definidas para a realização das dissertações de mestrado. Alterar o plano inicial da pesquisa – que se referia, repetimos, ao intervalo de tempo que decorreu entre 1999 e 2010 - implicaria rever profundamente a linha de trabalho inicialmente concebida o que implicaria necessariamente mais tempo para se poder reflectir sobre uma proposta alternativa.

Mantivemos por isso a ideia inicial pelo que passamos a fazer a referência prevista àquele Instituto.

Assim, temos que o IPAD foi criado pela lei n.º 2/2003, de 13 de Janeiro, assente numa lógica de centralizar a ajuda pública ao desenvolvimento num único órgão, foi, até aos dias de hoje, o instrumento central da política de cooperação portuguesa.

Dentro das atribuições do IPAD, nomeadamente o financiamento e execução dos programas e projectos relativos à cooperação e à ajuda ao desenvolvimento, importa fazer referência à concessão de bolsas de estudo, concentrando-nos nos objectivos do nosso estudo.



A sua missão foi a de propor e executar a política de cooperação portuguesa e coordenar as actividades de cooperação desenvolvidas por outras entidades públicas que participem na sua execução. A política de Cooperação Portuguesa e de Ajuda Pública ao Desenvolvimento foi então coordenada, supervisionada e dirigida, desde Janeiro de 2003, pelo Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento, I.P. (IPAD).

Como já se fez referência anteriormente, a cooperação para o desenvolvimento tem sido uma prioridade da política externa portuguesa, onde pontuam os valores da solidariedade e do respeito pelos direitos humanos.

A coordenação da ajuda pública ao desenvolvimento foi durante a década em apreço, realizada por um único organismo, o IPAD, que assegurava também a supervisão e a direcção da política de cooperação.

O IPAD, foi um instrumento central da política de cooperação para o desenvolvimento e tinha por finalidade, num quadro de unidade da representação do Estado, melhorar a intervenção portuguesa e assegurar-lhe maior relevo na política de cooperação e cumprimento dos compromissos internacionais assumidos pelo Estado Português.

A nível da concessão de bolsas, importa sublinhar que os principais objectivos definidos por esta Instituição, foram:

- i) formar jovens quadros em áreas prioritárias ao respectivo desenvolvimento do país de origem;
- ii) Privilegiar candidaturas para cursos inexistentes nos estabelecimentos de ensino local;
- iii) Dar prioridade a cursos de estudos pós-graduados em detrimento dos de licenciatura.

A apresentação das candidaturas decorria então, unicamente no país de origem, junto das autoridades locais competentes.

Em Portugal, o IPAD definia o contingente de bolsas, que depois comunicava aos países através dos canais diplomáticos. As entidades locais competentes seleccionavam as candidaturas e enviam ao IPAD, que por seu turno, fazia a verificação final do



processo. Após esta avaliação enviavam-se as candidaturas às entidades responsáveis pela equivalência e colocação; comunicando-se a cada país e à sua Secção Consular os resultados relativos à colocação dos candidatos, sendo por fim são apresentados ao IPAD os candidatos para início de formação, conforme o calendário escolar português.

Na candidatura ao nível de ensino superior, os países beneficiários deveriam remeter ao IPAD a lista de candidatos acompanhada pelos respectivos processos individuais, devidamente instituídos.

Posteriormente, após verificação de que os referidos processos obedeciam aos requisitos exigidos, os mesmos eram encaminhados para as entidades responsáveis pela concessão de equivalências e colocação dos estudantes nos diversos estabelecimentos de ensino.

Quando eram dadas a conhecer as listas de colocação, o IPAD informava os países beneficiários em conformidade, devendo as entidades envolvidas assegurar que os candidatos seleccionados se pudessem deslocar para Portugal, a fim de iniciarem a formação, de acordo com o calendário académico Português.

Nos mestrados e doutoramentos, as candidaturas deviam ser apresentada pelo país de origem, sendo a matricula nos respectivos cursos da exclusiva responsabilidade do candidato, não cabendo ao IPAD interferir no processo de admissão ao curso pretendido.

As bolsas de estudo, válidas por um ano lectivo, eram renováveis por um período de duração igual número de anos do curso.

O pagamento da bolsa ocorria mensalmente, através de transferência bancária para a conta do bolseiro, durante os primeiros dez dias do mês. Este prazo poderia não se aplicar aos pagamentos a efectuar no mês de Janeiro de cada ano, bem como no primeiro mês de atribuição ou de renovação da bolsa, por dificuldades de natureza administrativa.

Salienta-se que, nos casos de atribuição de bolsas de estudo, o pagamento do primeiro mês de bolsa reportava à data de início do respectivo curso, desde que o estudante nessa data já se encontrasse em Portugal e tivesse instruído correctamente o



processo. No caso de chegada posterior, o pagamento reportava à data de chegada ao nosso País.

As bolsas de estudo concedidas integravam:

- i) um subsídio mensal de manutenção;
- ii) um subsídio mensal de alojamento ou pagamento de alojamento em residência universitária;
- iii) um subsídio anual para propinas;
- iv) um subsídio anual para material didáctico;
- v) um subsídio único de instalação (apenas para os estudantes que não residam em Portugal há pelo menos um ano).

Para estudos pós-graduados, Mestrados e Doutoramentos, a bolsa contemplava subsídio mensal de manutenção, subsídio único de propinas e subsídio único de instalação (para estudantes que residam em Portugal há menos de um ano).

Pelo facto de serem bolseiros do IPAD, os estudantes tinham acesso ao serviço nacional de saúde, bastando entregar no centro de saúde da área de residência comprovativo de residência passado pela respectiva junta de freguesia e comprovativo de bolseiro do estado português.

Com a entrada em vigor do Despacho n.º 21371/2009 a 23 de Setembro, o Regulamento de Concessão de Bolsas do IPAD, cuja implementação se iniciou no ano lectivo 2009/2010, deu-se uma reformulação da política de bolsas, assistindo-se a uma diminuição progressiva da atribuição de bolsas do nível de licenciatura.

Ao nível das bolsas para formação em Portugal, passou a ser dada prioridade às bolsas de mestrado e doutoramento, no sentido de contribuir para o fortalecimento das instituições de ensino universitário nos países parceiros, nomeadamente ao nível da capacitação institucional e da formação de professores universitários.

As alterações introduzidas resumiam-se nas seguintes medidas: a) aumento do investimento em bolsas de pós-graduação, através da diminuição do apoio às bolsas de licenciatura, excepto nos países em que tal opção não é viável; b) introdução de mecanismos para associar a capacitação individual à capacitação institucional; c)



disponibilização sistemática de bolsas para o acesso ao ensino superior nos países de origem.

Foi posteriormente efectuada identificação, juntamente com parceiros institucionais e empresariais, de mecanismos que facilitassem o regresso dos formandos ao país de origem. Um exemplo é a criação de bolsas de profissionalização concedidas a bolseiros que regressassem ao país de origem para iniciar a sua vida profissional (estágios, programas de inserção para o 1.º emprego, etc.).

Em virtude das alterações referidas, o contingente de bolsas disponibilizado pelo Estado Português aos PALOP para frequência de estabelecimentos de ensino em Portugal diminuiu significativamente nos últimos 15 anos, embora o esforço financeiro se tivesse mantido ao mesmo nível, pois as bolsas de pós-graduação são mais dispendiosas que as de licenciatura. Acresce que, paralelamente, o número de bolsas internas (nos países parceiros) foi aumentando.

Enquanto a cooperação portuguesa esteve sob tutela do Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento, este organismo instituiu que no tocante aos bolseiros, estes não deveriam exercer qualquer atividade remunerada ou beneficiar de bolsa de outra instituição.

Relativamente às bolsas atribuídas pelo IPAD aos estudantes dos PALOP, deixamos alguns dados relativos aos últimos anos.

**Quadro 1. Número de bolsas de ensino superior em utilização, atribuídas pelo IPAD, por país e ano lectivo**

Ano lectivo	Angola	Cabo Verde	Guiné-Bissau	Moçambique	S. Tome e Príncipe	Total
2000/2001	165	170	175	175	100	785
2001/2002	147	165	155	155	95	717
2002/2003	133	146	127	133	69	608
2003/2004	81	154	105	131	55	526
2004/2005	49	150	90	89	45	423
2005/2006	46	113	87	82	57	385
2006/2007	54	107	72	84	54	371
2007/2008	44	97	74	92	49	356
2008/2009	51	88	53	79	48	319
2009/2010	44	73	50	75	59	301
Total	814	1263	988	1095	631	4791

Fonte: IPAD (2011)

Quadro 2. Evolução do contingente de bolsas para licenciaturas nos últimos 5 anos do período em apreciação

Ano lectivo	Angola	Cabo Verde	Guiné-Bissau	Moçambique	S. Tome e Príncipe	Total
2005/2006	16	0	8	24	7	55
2006/2007	10	8	12	15	7	52
2007/2008	5	5	10	5	5	30
2008/2009	4	4	4	4	4	20
2009/2010	3	4	5	3	8	23

Fonte: IPAD (2011)

Quadro 3. Evolução do contingente de bolsas para mestrados nos últimos 5 anos do período em apreciação

Ano lectivo	Angola	Cabo Verde	Guiné-Bissau	Moçambique	S. Tome e Príncipe	Total
2005/2006	10	20	9	12	6	57
2006/2007	15	18	9	17	6	65
2007/2008	18	19	10	18	10	75
2008/2009	17	17	9	17	9	69
2009/2010	14	17	11	17	10	69

Fonte: IPAD (2011)



1.3.2. AS BOLSAS DOS PAÍSES DE ORIGEM

Alguns estudantes provenientes dos PALOP quando ingressam no ensino superior beneficiam de uma bolsa de estudo atribuída pelo governo do país de origem.

De facto, alguns alunos escolhem determinado país para prosseguirem os seus estudos superiores, em função da possibilidade de obterem uma bolsa de estudo, em virtude dos acordos existentes entre os países.

Relativamente às bolsas atribuídas pelo Governo Angolano aos seus estudantes, o processo é da responsabilidade do INABE (Instituto Nacional de Bolsas de Estudo), organismo público, tutelado pelo Ministério do Ensino Superior e da Ciência e Tecnologia de Angola. Os alunos que queiram candidatar-se a bolsa, deverão fazê-lo directamente nestes serviços. Em 2011, haviam 148 bolseiros do governo angolano a estudar em Portugal (Liberato 2012).

De acordo com os dados gentilmente fornecidos pela embaixada de Cabo Verde, nos últimos 3 anos, o número de bolseiros cabo-verdianos, bolseiros do governo do seu país, foi de 288 alunos bolseiros, em 2009/2010, 296 alunos, em 2010/2011 e 246 bolseiros no corrente ano letivo de 2011/2012.

Já em Moçambique, apuramos que, em 2012, haviam cerca de 2700 bolseiros do governo de Moçambique, com as bolsas atribuídas pelo Instituto de Bolsas de Estudo do Ministério da Educação de Moçambique. Este número refere-se tanto a bolseiros que estudam no país, como aqueles que estudam no estrangeiro.

Quanto a São Tomé e Príncipe, o governo do país, através do Ministério da Educação, Cultura e Formação (MECF), concede bolsas aos estudantes nacionais cujos principais destinos sejam, além de Portugal, Angola, Cuba, Moçambique, Cabo Verde, Argélia, Rússia, Brasil e Marrocos. De acordo com dados do Ministério, existem cerca de 900 estudantes são-tomenses a prosseguir os seus estudos superiores, espalhados por uma dezena de países. Em 2011/2012 o governo de São Tomé atribuiu cerca de 65 bolsas, a estudantes são-tomenses em Portugal²⁷.

²⁷ Informação consultada em <http://www.emb-saotomeprincipe.pt/estudantes.html>



Ao que apurámos, para aqueles que vêm para o ensino superior para Portugal, o montante médio mensal das bolsas, atribuídas pelos países de origem, é de 250 euros por mês. A estas, podem acrescer complementos, como para o pagamento das propinas, sendo que muitas das vezes é o próprio organismo que concede as bolsas que paga a propina (integral) directamente à instituição do bolseiro.



1.4. CONCESSÃO DE BOLSAS NACIONAIS

Além da possibilidade de beneficiarem de bolsas de estudo, resultante dos instrumentos de cooperação, também é possível aos estudantes oriundos dos PALOP, candidatarem-se às bolsas de estudos nacionais, em igualdade de circunstâncias com os colegas, na sequência da entrada em vigor do decreto-lei n.º 204/2009, de 31 de Agosto.

Tornou-se possível aos alunos dos PALOP inscritos no Ensino Superior Português, candidatarem-se a uma bolsa de estudo dos Serviços de Acção Social dos respectivos estabelecimentos de ensino, se reunidas algumas condições pré-determinadas, nomeadamente: a autorização de residência permanente, cujos requisitos para a sua obtenção são: residência em território português nos últimos 5 anos; que não tenham sido condenados a penas que ultrapassem 1 ano de prisão; que disponham de meios de subsistência; alojamento e que comprovadamente tenham conhecimento de português básico.²⁸

Até à entrada em vigor do referido decreto-lei, a política de acção social no Ensino Superior previa que a atribuição de bolsas de estudo da Acção Social fosse apenas a estudantes de nacionalidade portuguesa, excepto no caso de situações especiais, mais graves, em que os estudantes podiam beneficiar de apoios que não nas mesmas condições das bolsas de estudo anuais em todo o caso.

Além deste benefício, os alunos dos PALOP podem ainda usufruir dos chamados *apoios indirectos*, como é o caso do acesso às cantinas, a serviços médicos, às actividades desportivas e ao alojamento nas residências de estudantes.

²⁸ Tal como previsto no artigo 80.º da Lei n.º 23/2007, de 4 de Julho.



1.5. O ALOJAMENTO NAS RESIDÊNCIAS DE ESTUDANTES

Relativamente ao alojamento nas residências, cabe aos Serviços de Acção Social dos respectivos Institutos e faculdades, a seriação e atribuição do alojamento. A candidatura pode ser feita directamente pelo aluno, ou através da instituição da qual é bolseiro. Nalgumas instituições existe inclusive um rácio de vagas destinadas aos estudantes ao abrigo dos acordos de cooperação com os PALOP, estando também pré-definido o custo da mensalidade dos alojamentos destinados a estes estudantes.

Este facto acaba por funcionar como auxílio financeiro uma vez que a mensalidade cobrada nas residências universitárias é mais reduzida em relação os preços praticados por exemplo num quarto arrendado a título particular. Este benefício pode também não resultar de um acordo entre a instituição da qual o aluno é bolseiro e os serviços de acção social que tutelam as residências, sendo que se prevê uma percentagem reservada aos estudantes ao abrigo destas condições. Normalmente o contacto é feito directamente entre as instituições. A mensalidade normalmente varia de instituição para instituição e é definida internamente por cada uma.

Em 2009/2010 os Serviços de Acção Social (SAS), dos Institutos Públicos cobravam uma mensalidade de cerca de 100€ (pela pesquisa sobre os preços praticados por alguns Serviços de Acção Social do país, pode aferir-se a variação de preços das mensalidades nas residências para estudantes dos PALOP - Universidade Técnica de Lisboa: 105€; Instituto Politécnico de Coimbra: 90€; Instituto Politécnico de Setúbal 110€; Universidade do Minho; 90,25€).

Solicitámos aos Serviços de Acção Social (SAS) em Portugal informação relativa ao número de estudantes oriundos dos PALOP alojados nas suas residências de estudantes²⁹. Os dados que nos foram fornecidos pelos SAS foram posteriormente cruzados com aqueles disponibilizados pela Direcção Geral do Ensino Superior (DGES) e, dessa análise, pudemos concluir que face ao número de estudantes dos PALOP inscritos nos estabelecimentos a cada ano lectivo, entre 25% a 30% beneficiaram de alojamento nas residências de estudantes. Foi contudo possível observar uma

²⁹ Foi enviado um e-mail aos vários Serviços de Acção Social do país a solicitar envio de informação acerca do número de estudantes dos PALOP alojados nas residências de estudantes, entre os anos de 2005 e 2010.



diminuição, especialmente nos últimos anos lectivos, do número de estudantes alojados, sem que tal signifique que exista diminuição de alunos inscritos nos estabelecimentos de ensino.

Este apoio no acesso à residência universitária, toca duas das questões, muito importantes: por um lado, o apoio financeiro em si que é concedido aos estudantes, por outro, concorre, pensamos, para uma maior facilitação da integração do estudante no meio universitário português, facilitação essa proporcionada pela vivência e contacto com outros estudantes neste tipo de alojamento.

Consideramos que as residências de estudantes se podem constituir em elementos facilitadores da integração dos estudantes dos PALOP, uma vez que permitem o convívio entre estudantes de várias zonas do país de acolhimento, e, por vezes de outros países estrangeiros (estudantes provenientes dos programas de intercâmbio), não esquecendo ainda a possibilidade de conviver com os seus “compatriotas”.

Assim, consideramos que o funcionamento das residências, pode ser facilitador no processo de integração uma vez que a uma escala mais reduzida e intimista (comparando com a dimensão social da universidade e também, porque à partida, julgamos nós, a natureza das relações de colegas de casa tende ser mais próxima do que entre colegas de turma/faculdade), é dada a possibilidade de um contacto com a cultura do país de acolhimento e com outras e quem sabe com a sua própria origem, não descurando o convívio com pessoas que de uma maneira geral, vivenciam também uma experiência de “deslocação” da sua casa, família e/ou país.

A referência a dificuldades para lidarem com uma realidade socioeconómica e académica diferente daquela sua de origem, está contida em diversos dos relatos dos estudantes, sendo apontada como um factor que dificulta a integração neste “novo mundo”. Nesse sentido talvez os alunos encontrem nas residências de estudantes um ponto de apoio junto dos seus pares.

Outro factor considerado importante e sublinhado pelos estudantes, foi o facto de a instalação na residência acabar por tornar mais fácil o acesso a documentos formais ou legais (muitas vezes os senhorios não passam comprovativos de residência, dificultando a resolução de aspectos legais relativos à sua estadia enquanto estudantes estrangeiros e bolseiros).





PARTE II – OS ESTUDANTES DOS PALOP NA ACADEMIA PORTUGUESA





CAPÍTULO 1. PERCURSOS: A PESQUISA, A ACADEMIA E OS ESTUDANTES

Resumo do Capítulo

Neste capítulo descrevemos o nosso percurso na pesquisa, nomeadamente quanto à metodologia utilizada.

Esta parte do estudo é também dedicada à temática da integração na universidade.

Assim, faremos referência aos dados de entrada dos estudantes dos PALOP no Ensino Superior português nos últimos anos.

Abordaremos ainda as questões da transição e adaptação à vida académica dos estudantes no ensino superior, em geral, e em particular dos estudantes dos PALOP nas universidades portuguesas.





1.1. CONSIDERAÇÕES EM TORNO DA METODOLOGIA DA PESQUISA

A realização do presente trabalho, como cremos que acontece com todos os trabalhos, iniciou-se com a pesquisa bibliográfica. Procurámos o acesso a estudos realizados sobre os estudantes dos PALOP no Ensino Superior Português, sobre educação para o desenvolvimento, questões relativas à integração dos estudantes, etc. Procurámos também recolher informação relativa à educação nos países de origem dos estudantes que recebemos e ainda fazer o levantamento dos instrumentos disponíveis para o acolhimento desses estudantes no Ensino Superior português.

Foram encontrados alguns estudos sobre os estudantes estrangeiros no Ensino Superior Português, focando esses estudos na sua maioria, aspectos relativos à integração, numa abordagem mais generalizada e de teor sócio cultural.

A pesquisa bibliográfica, numa fase inicial, serviu para definir melhor o tema, no sentido de delimitar de forma objetiva o objecto de estudo (Frias 2006).

A partir das consultas de obras e livros, fomos conduzidas para referências paralelas de grande contributo, que não só auxiliaram na triagem das questões iniciais, e os objetivos preliminares, mas ajudaram ainda a traçar o nosso caminho em termos de abordagens a assumir.

Para o desenvolvimento deste estudo, usámos ainda notas de testemunhos mais e menos recentes (com base em conversas muito informais, permitidas, recordamos, tanto pelo nosso exercício profissional no departamento de acção social em duas instituições de ensino superior portuguesas), como através das relações estabelecidas ao longo do nosso próprio percurso académico (no caso, colegas), com outros estudantes, sobre a sua experiência de *Viagem* em direção à Universidade, para realizar um projeto de vida, alcançando um curso superior. Acompanhámos algumas dessas viagens, desde o momento em que os viajantes saíram do seu país para vir estudar para Portugal. Alguns deles contaram-nos sobre esse percurso, desde a candidatura à bolsa, à partida, sobre a chegada, os impactos da chegada: as principais dificuldades, as diferenças, a integração, a sociabilização, o curso, a matéria lecionada nas aulas, no fundo todo o



percurso académico, a importância dos apoios sociais, a conclusão do curso, e por fim a grande decisão: ficar em Portugal ou voltar a casa...

Tais relatos, a maioria deles informais, importa sublinhá-lo, deram um grande contributo para a orientação deste trabalho, já que permitiram assim, de há muito, um manancial importante de informação que foi sendo deixada pelos estudantes, e que nos foi permitindo ao longo do tempo, ter uma ideia sobre como vivem estes estudantes, assim como a sua trajetória e a sua história.

Procurámos ainda trocar ideias com pessoas ligadas às entidades responsáveis pela concessão de apoios, nomeadamente de bolsas de estudo e alojamento (em residências de estudantes), com o intuito de aferir sobre o número dos estudantes oriundos dos PALOP que recorrem a estes serviços/apoios.

Estes contactos foram de grande importância, numa aproximação ao tema em estudo, pois assim obtivemos um panorama transversal do tema e ainda fontes e pistas importantes para edificar a pesquisa. Neste âmbito, foram contactados Técnicos relacionadas com os Serviços de Acção Social (Serviços de Administração e Acção Social da Universidade Técnica de Lisboa) e do Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento (IPAD), o que numa fase inicial foi fulcral para o esclarecimento e definição de algumas questões.

Para o levantamento dos apoios concedidos, consultámos o sitio das instituições que concedem apoios/bolsas de estudo aos estudantes africanos no ensino superior português. A internet permitiu-nos fazer uma “viagem” pelos serviços de acção social do país, recolhendo informação relacionada com os apoios em estudo, nomeadamente a concessão de alojamento e bolsas especiais, e também ao nível de dados relativos à atribuição de bolsas através da cooperação portuguesa.

Assim, num paralelo, entre folhear livros e clicar em botões, fomos avançando na pesquisa tendo definido como objetivos de trabalho os seguintes:

- Identificar as motivações que levam os estudantes dos PALOP a vir estudar para Portugal;



- Compreender para além dos apoios financeiros concedidos pelos países e pela Acção Social, que outro tipo de apoios poderiam ser úteis aos estudantes;
- Compreender se estes estudantes pretendem regressar ou não ao seu país de origem, e porquê.

Aos propósitos desta pesquisa, uniu-se um projecto levado a cabo pelos Serviços de Acção Social do ISCTE-IUL, no qual desempenhávamos papel profissional.

Contámos com a colaboração do Núcleo de Estudantes Africanos da instituição, que anualmente recolhe dados sobre os recém-chegados alunos dos PALOP, através da aplicação de um breve questionário com o objectivo de se aferir da sua proveniência e curso escolhido.

Dado que, conforme referimos, acompanhávamos esta população diariamente por razões de ordem profissional, a observação constituiu-se inevitavelmente como um meio de recolha de informação, uma técnica de recolha de dados muito cara aos antropólogos, mas muito útil também em várias outras áreas científicas (Moreira 1994).

Para a definição da problemática de pesquisa, tínhamos obtido relatos das histórias de pessoas com quem nos tínhamos cruzado no mundo académico (no caso relação de colegas/de amizade) e para este estudo pedimos a um ou outro que contasse a sua própria experiência, para termos uma perspectiva da sua perspectiva (redundância intencional) e fundamentalmente o acompanhar o desenrolar do seu dia-a-dia, numa visão diferente mas igualmente valiosa, da obtida na vida profissional, na relação com os alunos.

Os seus testemunhos foram registados, na forma de notas de campo (Moreira 2007)³⁰ e comparados entre si, com o intuito de, com base neles, reflectir também sobre os possíveis rumos da pesquisa. De facto, este passo foi fundamental para a formulação do problema de pesquisa e bem assim para o estabelecimento dos objectivos de pesquisa (Moreira 1994). Considerámos este método exploratório complementar que nos permitiu “ (...) discernir as dimensões essenciais do problema estudado, as suas facetas

³⁰ À medida que os estudantes descreviam o seu percurso, íamos tomando notas das suas experiências



mais reveladoras e, a partir daí, os modos de abordagem mais esclarecedores” (Quivy 1992:81).

Na escolha das técnicas de recolha de dados procurámos as que permitissem:

“ (...) O conhecimento de uma população enquanto tal: as suas condições e modos de vida, os seus comportamentos, os seus valores e as suas opiniões;

A análise de um fenómeno social que se julgue poder aprender melhor a partir de informações relativas aos indivíduos da população em questão

(...) os casos em que é necessário interrogar um grande número de pessoas e em que se põe um problema de representatividade” (Quivy 2000:191).

Assim, optou-se também pela recolha de dados pelo recurso à utilização de um questionário, pela sua ”natureza quantitativa” e capacidade de “objectivar informação” (Ferreira 2001). Optámos por esta técnica de recolha de dados, contando em que esta nos auxiliasse a traçar o perfil do estudante PALOP.

Por outro lado, atendendo aos nossos objectivos e, de forma a que fosse possível traçar um perfil do percurso do estudante oriundo dos PALOP no Ensino Superior português, procurar saber quais as dificuldades de adaptação, se as dificuldades financeiras serão as mais preocupantes, quais os meios de apoio neste sentido e intenção de retorno ao seu país natal, considerámos que utilizar a observação e as conversas e os questionários como técnicas de recolha de dados, seria um plano adequado.

Aplicou-se por fim o questionário composto por questões fechadas, com opção de escolha em “X”, com uma ou mais opções, mediante a natureza das questões, e colocou-se por fim, uma pergunta de resposta aberta acerca dos apoios que os inquiridos gostavam de receber ou ter recebido.

A construção das perguntas integradas no questionário foi realizada a partir do estudo e observação prévia da população, isto é, com base no estudo exploratório previamente realizado junto dos estudantes no decurso do atendimento nos Serviços de Acção Social.



Algumas das questões do questionário relacionaram-se com a vinda para um país estrangeiro, quanto à motivação da escolha do mesmo, até às questões da integração, dificuldades sentidas e que apoios gostariam de ver concedidos.

Foram também focados aspectos relacionados com as condições financeiras destes alunos para fazer face aos estudos, nomeadamente despesas comportadas e aspectos relacionados com as bolsas de estudo.

Outra pergunta referiu-se à intenção de regresso ao país de origem com intenção de avaliar as perspectivas futuras deste universo de estudantes.

Procurou-se que as questões fossem o mais claras possível, de modo a serem facilmente perceptíveis e, claro, de modo a obter o máximo de respostas corretas.

Assim, a estrutura do questionário contemplava a caracterização sócio demográfica e académica dos alunos e, ainda, questões relacionadas com a escolha de Portugal como país de destino, dificuldades encontradas, bolsas que beneficiam e perspectivas de futuro.

Na realidade foi utilizada uma amostra de conveniência (Moreira 1994), com referência a um *focus group* – estudantes provenientes dos PALOP para frequentar o Ensino Superior português.

Procuramos que, desta forma, fosse obtida a representatividade esperada, ao obter “ (...) elementos que permitam traduzir as diversidades e as nuances sociais suspeitadas por uma hipótese teórica”. Também contando que nos permitisse “captar um leque tão amplo quanto possível dos aspectos dos fenómenos ou das populações (...) para (...) descobrir novas categorias (e suas características) e a sua relevância para a teoria que procura desenvolver” (Ferreira 2001).

O objectivo deste questionário foi o de fazer uma pesquisa, sobre o modo de vida adoptado pelos estudantes oriundos dos PALOP a estudar no ISCTE-IUL, suas principais dificuldades, e na tentativa de enquadrar os apoios prestados ao seu perfil e necessidades específicas, relacionadas com a integração e progressão académica.

Os Serviços de Acção Social do ISCTE-IUL (SAS/ISCTE-IUL) pretendiam fazer um levantamento das principais características e necessidades desta população,



esperando que o mesmo funcionasse como instrumento através do qual se traçasse os apoios ajustados às necessidades específicas desta população, dentro da missão do serviço e normas legais vigentes.

O questionário foi aplicado entre os dias 22 de Setembro e 29 Outubro de 2010 no ISCTE-IUL, tendo o Núcleo de Estudantes Africanos colaborado connosco, entregando estes questionários em mão, à semelhança de um procedimento que já vinham a adoptar anualmente, tendo no entanto alargado também aos estudantes dos outros anos lectivos, que não apenas caloiros, uma vez que o objectivo era obter um perfil do estudante dos PALOP do ISCTE-IUL, principais dificuldades e sugestão de apoios. Uma pequena percentagem dos questionários foi entregue directamente aos estudantes que eram atendidos nos SAS/ISCTE-IUL quando identificados como estudantes provenientes dos PALOP matriculados no ISCTE-IUL no ano lectivo 2010/2011. Foi, portanto, um questionário “auto-administrado” (Moreira 1994:165).

Para este estudo, trabalhamos com os estudantes oriundos dos PALOP inscritos no Ensino Superior Português no primeiro ciclo, uma vez que é possível determinar esses dados com exactidão, isto porque estão recenseados no Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, dado que são estudantes que ingressam no Ensino superior Português ao abrigo de regime especial de acesso.

O universo deste estudo foi então constituído pelos estudantes dos PALOP, inscritos nos cursos de 1.º ciclo no ISCTE-IUL em 2010/2011.

A amostra do estudo foi constituída por 54 estudantes, dos quais se identificaram:

Número de entrevistas por País de Proveniência	
Angola	6
Cabo Verde	23
Guiné-Bissau	3
Moçambique	1
São Tomé e Príncipe	21



Número de entrevistas por faixa etária	
Até 20 anos	14
21-24 anos	16
25-29 anos	15
mais de 29 anos	8
n/a	1

Número de entrevistas por sexo	
Feminino	24
Masculino	27
n/a	3

Este foi um instrumento fundamental para o desenvolvimento da nossa pesquisa, na procura de respostas às hipóteses em estudo, no entanto poderíamos realçar que em termos de prática profissional (o objectivo associado às actividades dos SAS) não decorreram muitos frutos das respostas obtidas. Para além do perfil traçado do estudante dos PALOP - que é um dado importante a reter - concluiu-se na verdade que os apoios que os alunos solicitam são variáveis, mesmo quanto à sua natureza, e que portanto não há uma resposta comum a todos, não há um apoio *standard*.





1.2. ESTUDANTES BOLSEIROS DOS PALOP NO ENSINO SUPERIOR PORTUGUÊS

Vários factores levam a que Portugal seja um destino frequente dos estudantes universitários oriundos dos PALOP. É o caso da língua e outros benefícios decorrentes dos acordos de cooperação, como os regimes especiais de acesso, que permitem um contingente especial de entrada para os estudantes africanos, designadamente: Estudantes nacionais dos países africanos de expressão portuguesa bolseiros do Governo Português, dos Governos respectivos, da Fundação Calouste Gulbenkian e ao abrigo de convenções³¹.

A disponibilização de vagas, pela Direcção Geral do Ensino Superior (DGES), para a frequência do ensino superior, e para os diferentes programas de bolsas que existem para permitir que os alunos dos PALOP possam estudar em Portugal, é discutido e definido nas comissões mistas, de acordo com as reais necessidades de cada país, e permitem o acesso ao ensino superior em Portugal como se fossem alunos portugueses (IPAD 2011).

De acordo com dados da DGES, nos últimos cinco anos, entraram para o Ensino Superior português, público e privado, cerca de 3000 alunos provenientes dos PALOP por ano lectivo³². Destes alunos que ingressaram pela primeira vez no Ensino Superior, cerca de 2000 inscreveram-se no Ensino Superior Público e 1000 no Ensino Superior Privado.

Os países com maior número de alunos registados são Angola e Cabo Verde, com cerca de 700 a 800 alunos a ingressarem por ano no Ensino Superior público. Por outro lado, vêm menos alunos da Guiné-Bissau ou São Tomé e Príncipe, numa média de 75 a 120 ingressos (Ensino Superior público) por ano respectivamente.

Nos últimos 5 anos ingressaram no Ensino Superior Português, em média, 585 alunos oriundos dos PALOP. A média de entradas no Ensino Superior público foi de 395 e de 188 no Ensino Superior privado. Ou seja, dos estudantes oriundos dos PALOP que

³¹ Conforme previsto no artigo 3.º, alínea d), do Decreto-Lei n.º 393/A-99, de 2 de Outubro, que regula os regimes especiais de acesso e ingresso no Ensino Superior.

³² Fonte: Inquérito ao Registo de Alunos Inscritos e Diplomados do Ensino Superior, GPEARI/MCTES.



ingressam no Ensino Superior Português, 70% vem para o Ensino Superior público e cerca de 30% opta pelas Instituições de Ensino privado.

Relativamente ao Ensino Superior Privado, a tendência ao longo dos anos tem sido no sentido de que há um aumento de alunos de Angola e Cabo Verde, embora o número de ingressos desça para metade se compararmos com o número de estudantes para o Ensino Superior Público, tal como nos restantes países, em que o número cai para metade, excepto Moçambique. Se olharmos para os ingressos no Ensino Superior público e para o Ensino Superior privado, Moçambique, ao contrário dos restantes, apresenta $\frac{1}{4}$ dos ingressos, sendo uma diminuição mais expressiva.

Ao longo dos anos esta foi uma tendência mais ou menos constante, excepto em 2007/2008 e 2008/2009 em que houve uma ligeira diminuição no número de inscrições. Relativamente aos estudantes Angolanos a diminuição do número de inscritos no Ensino Superior pela primeira vez foi mais acentuada, se compararmos o número de ingressos em 2006/2007, de 1931 estudantes, este número no ano lectivo seguinte foi de 356, não indo muito além dos 470 nos anos seguintes.

Os dados que aqui referimos dizem respeito apenas a alunos do 1.º ciclo, uma vez que nestes casos é possível identificar o regime de acesso, ao contrário dos alunos de Mestrado em que não há aplicação deste regime e, como tal não foram contemplados neste estudo.

Nos últimos 10 anos, estiveram inscritos no Ensino Superior português em média, cerca de 8800 estudantes provenientes dos PALOP, dos quais 6340 estavam inscritos no ensino público e 2450 frequentavam o Ensino Superior privado.

Entre os estudantes oriundos dos PALOP matriculados no Ensino Superior português encontram-se mais alunos de Angola e Cabo Verde, os quais representam cerca de 70% do total de estudantes dos PALOP inscritos. Um menor número diz respeito aos alunos da Guiné e São Tomé e Príncipe, que representam cerca de 10% do total de alunos oriundos dos PALOP.

Digamos que desde 1999/2000 a tendência foi de um ligeiro aumento de estudantes inscritos de ano para ano, num mínimo de 5300, em 1999/2000, e num



máximo de 11200, em 2006/2007, mantendo-se nos últimos 5 anos numa média de aproximadamente 10000 alunos inscritos a cada ano lectivo.

Ficam aqui alguns dados, referentes aos números de estudantes provenientes dos PALOP matriculados no Ensino Superior Português, público e privado, no 1.º ciclo, entre o ano lectivo de 1999/2000 e 2009/2010.

Quadro 4. Número de estudantes dos PALOP inscritos no Ensino Superior Português entre 1999/2000 a 2009/2010

País	1999-2000	2000-2001	2001-2002	2002-2003	2003-2004	2004-2005	2005-2006	2006-2007	2007-2008	2008-2009	2009-2010
Angola	2258	2711	3183	3367	3527	4258	4116	4794	4648	3587	3238
Cabo Verde	1587	2075	2497	3011	3516	3835	4086	4342	3844	3544	3464
Guiné-Bissau	401	308	360	348	452	360	376	426	318	391	401
Moçambique	776	852	1074	1066	1155	1345	1216	1006	983	876	746
São Tomé e Príncipe	333	392	441	496	540	581	556	644	644	673	676
Total	5355	6338	7555	8288	9190	10379	10350	11212	10437	9071	8525

Fonte: Inquérito ao Registo de Alunos Inscritos e Diplomados do Ensino Superior, GPEARI/MCTES

Quadro 5. Número de estudantes dos PALOP que ingressaram pela primeira vez no Ensino Superior Português entre 2005/2006 a 2009/2010

País	2005-2006			2006-2007			2007-2008			2008-2009			2009-2010		
	E.S. Público	E.S. Privado	Total	E.S. Público	E.S. Privado	Total	E.S. Público	E.S. Privado	Total	E.S. Público	E.S. Privado	Total	E.S. Público	E.S. Privado	Total
Angola	1 009	222	1 231	1 931	623	2 554	356	444	800	471	469	940	473	443	916
Cabo Verde	704	278	982	813	445	1 258	582	333	915	652	298	950	713	322	1 035
Guiné-Bissau	49	28	77	80	73	153	70	17	87	87	33	120	89	39	128
Moçambique	359	43	402	249	60	309	150	61	211	225	50	275	205	32	237
São Tomé e Príncipe	73	34	107	109	135	244	136	63	199	181	60	241	107	84	191
Total	2 194	605	2 799	3 182	1 336	4 518	1 294	918	2 212	1 616	910	2 526	1 587	920	2 507

Fonte: Inquérito ao Registo de Alunos Inscritos e Diplomados do Ensino Superior, GPEARI/MCTES

Quadro 6. Alunos nacionais dos PALOP inscritos em Instituições de Ensino Superior por género, de 1999-2000 a 2009-2010

País	1999-2000		2000-2001		2001-2002		2002-2003		2003-2004		2004-2005		2005-2006		2006-2007		2007-2008		2008-2009		2009-2010	
	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F
Angola	1 170	1 088	1 280	1 431	1 648	1 535	1 815	1 552	1 974	1 553	2 598	1 660	2 522	1 594	3 104	1 690	2 995	1 653	2 053	1 534	1 853	1 385
Cabo Verde	825	762	1 097	978	1 263	1 234	1 570	1 441	1 823	1 693	1 908	1 927	2 020	2 066	2 031	2 311	1 851	1 993	1 638	1 906	1 606	1 858
Guiné-Bissau	266	135	195	113	236	124	230	118	288	164	227	133	236	140	240	186	187	131	222	169	239	162
Moçambique	386	390	460	392	592	482	568	498	621	534	776	569	724	492	587	419	574	409	497	379	406	340
São Tomé e Príncipe	194	139	227	165	249	192	274	222	284	256	297	284	276	280	325	319	312	332	329	344	317	359
Total	2 841	2 514	3 259	3 079	3 988	3 567	4 457	3 831	4 990	4 200	5 806	4 573	5 778	4 572	6 287	4 925	5 919	4 518	4 739	4 332	4 421	4 104

Fonte: Inquérito ao Registo de Alunos Inscritos e Diplomados do Ensino Superior, GPEARI/MCTES

Relativamente à distribuição por género, dos estudantes dos PALOP que se inscrevem no ensino superior, nos últimos 10 anos, a percentagem média foi de 54% de alunos inscritos do sexo masculino e 46% do sexo feminino.



A maior presença de alunos da população masculina face à feminina é comum aos 5 países, excepto Cabo Verde, em que nos últimos anos se verificou que existe um número ligeiramente superior de estudantes do sexo feminino em relação ao masculino (51% e 49% respectivamente).

Pelo contrário, entre os alunos guineenses, a tendência é para um maior número de estudantes do sexo masculino em relação ao sexo feminino. Nos últimos 10 anos a diferença foi de 62% de alunos do sexo masculino e para 38% do sexo feminino.

Relativamente à entrada no ensino superior ao abrigo dos Regimes Especiais de Acesso para Nacionais dos países africanos de expressão portuguesa bolseiros do Governo Português, dos Governos respectivos, da Fundação Calouste Gulbenkian, ao abrigo de convenções com a UE ou outros, a DGES divulgou um estudo acerca dos ingressos dos alunos abrangidos por este regime, entre 2006 e 2010, a partir do qual destacamos alguns dados.

Quanto à proveniência do processo, isto é, à via (canal institucional) através do qual foi feita a candidatura ao ensino superior³³: os processos dos estudantes nacionais dos países africanos de expressão portuguesa bolseiros dos governos respectivos foram organizados e preparados por via diplomática, perfazendo um total de 2908 alunos colocados.

Os processos dos estudantes nacionais dos países africanos de expressão portuguesa bolseiros do governo português, foram organizados e preparados pelo Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento (IPAD), perfazendo um total de 112 alunos colocados.

Os processos dos estudantes nacionais dos países africanos de expressão portuguesa bolseiros da Fundação Calouste Gulbenkian (FCG), perfizeram um total de 23 alunos colocados³⁴.

³³ Os processos dos estudantes nacionais dos países africanos de expressão portuguesa bolseiros dos governos respectivos, do governo português e da Fundação Calouste Gulbenkian (FCG) foram organizados e preparados por via diplomática, pelo Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento (IPAD) e pela Fundação (FCG).

³⁴ “2006 a 2010 – Regimes Especiais – PALOP e Timor Leste, DGES, Outubro de 2011, pág. 6.



Deixamos aqui um quadro resumo que elaboramos a partir dos dados da DGES relativamente aos alunos oriundos dos PALOP e a proveniência do processo:

Quadro 7. Número de Estudantes dos PALOP quanto à proveniência do processo de entrada no Ensino Superior entre 2006 a 2010

País	Proveniência do Processo				Total
	Via Diplomática	IPAD	FCG	Sem Dados	
Angola	24	25	0	0	49
Cabo Verde	2172	4	2	2	2180
Guiné-Bissau	111	32	7	0	150
Moçambique	183	16	2	3	204
São Tomé e Príncipe	418	35	12	0	465
Total	2908	112	23	5	3048

Fonte: Base de dados da DGES

Quanto à proveniência do processo, entre 2006 e 2010, os estudantes dos PALOP ingressavam no ensino superior português por via diplomática, ou seja, através dos governos dos respetivos países de origem. Quanto aos estudantes angolanos, a principal proveniência é feita tanto através do IPAD como por via diplomática (um número quase igual de ingressos) não havendo registos de inscritos através da FCG. Os alunos de Cabo Verde ingressaram quase na totalidade (97%) por via diplomática; já os alunos da Guiné-Bissau ingressam na sua maioria (quase 75%) por via diplomática, 22% através do IPAD e 5% através da FCG. 90% dos estudantes moçambicanos ingressam por via diplomática; 8% IPAD e 1% FCG. Os alunos provenientes de São Tomé e Príncipe - quase 90% através dos respectivos governos, 7% IPAD e 3% FCG.

Se a proveniência do processo ocorrer por via diplomática, existem mais alunos de Cabo Verde. Através do IPAD, as percentagens são semelhantes entre os vários países, excepto Cabo Verde e Moçambique, com um número mais reduzido. Quanto à FCG Existem mais alunos de São Tomé e Príncipe seguidos da Guiné-Bissau.



Quadro 8. Número de Estudantes dos PALOP colocados entre 2006 a 2010 por situação académica, de acordo com o país de origem

Estudantes dos PALOP Colocados de 2006 a 2010 - Situação Académica por país de origem							
País do aluno	Não se matriculou	Matrícula prescreveu	Interrompeu	Frequenta o Curso	Concluiu o Curso	Sem Dados	Total
Angola	9	0	10	27	3	0	49
Cabo Verde	475	4	381	1154	144	22	2180
Guiné-Bissau	3	0	55	86	6	0	150
Moçambique	26	0	54	107	17	0	204
São Tomé e Príncipe	24	1	89	327	24	0	465
Total	537	5	589	1701	194	22	3048

Fonte: Base de dados da DGES

Quanto à situação académica, de acordo com o mesmo estudo, a DGES concluiu que no universo de alunos colocados entre 2006 e 2010, 1701 frequentam o curso, 589 interromperam os seus estudos superiores, 537 não se matricularam, 194 concluíram o curso, e 5 alunos deixaram a sua matrícula prescrever. Relativamente a 22 alunos não existem dados disponíveis, por se referirem a alunos da Universidade Internacional e do Instituto Superior Politécnico Internacional, instituições que foram encerradas, encontrando-se os dados em processo de organização pela DGES.



Quadro 9. Número de estudantes dos PALOP inscritos entre 2006 a 2010 por Áreas de formação/Educação de acordo com o país de origem

Estudantes dos PALOP colocados pro Áreas de Educação e Formação Grandes Grupos e por Páís de Origem de 2006 a 2010									
País de Origem	Área de Educação/Formação								Total
	Educação	Artes e Humanidades	Ciências Sociais, Comércio e Direito	Ciências, Matemática e Informática	Eng., indústrias Transformadoras e Construção	Agricultura	Saúde e Protecção Social	Serviços	
Angola	0	0	19	8	18	0	4	0	49
Cabo Verde	34	103	871	212	860	28	145	127	2380
Guiné-Bissau	2	7	85	7	23	0	20	6	150
Moçambique	1	9	115	13	41	0	11	14	204
São Tomé e Príncipe	5	10	225	21	123	3	60	18	465
Total	42	129	1315	261	1065	31	240	165	3248

Fonte: Base de dados da DGES

Relativamente aos cursos em que são colocados, conforme o mesmo estudo, os estudantes provenientes dos PALOP ingressam sobretudo nas áreas de Ciências Sociais, Comércio e Direito e nas áreas das Engenharias, Indústrias Transformadoras e Construção, representando uma percentagem de 41% e 33% respectivamente do total dos colocados.

Se analisarmos as áreas de formação por país de origem, verificamos que os estudantes oriundos de qualquer um dos PALOP seguem esta tendência de escolher principalmente estas duas áreas de formação. Quanto à área das Ciências Sociais, Comércio e Direito, a percentagem é mais expressiva entre os estudantes da Guiné-Bissau e Moçambique, já que do total dos colocados mais de 50% ingressa em cursos desta área.

Já os alunos de Angola e Cabo Verde apresentam um número semelhante de matrículas em ambas as áreas, com cerca de 40% dos inscritos quer em cursos na área das Ciências Sociais, Comércio e Direito, quer nas áreas de Engenharia, Indústrias Transformadoras e Construção.

Em áreas onde se verifica uma menor inscrição de alunos, como a Agricultura, é possível verificar que apenas há alunos, dos PALOP, provenientes de Cabo Verde. Nas áreas de Educação; Artes e Humanidades e Serviços não há registos de alunos angolanos entre 2006 a 2010.



Quadro 10. Número de Alunos nacionais dos PALOP inscritos no 1.º ano, pela 1.ª vez, em Instituições de Ensino Superior Público, por estabelecimento de ensino, de 2005-2006 a 2009-2010

Estabelecimento de ensino	2005-2006	2006-2007	2007-2008	2008-2009	2009-2010	Total
0100 - Universidade dos Açores	6	10	6	11	8	41
0200 - Universidade do Algarve	50	31	36	40	42	199
0300 - Universidade de Aveiro	36	45	49	59	45	234
0400 - Universidade da Beira Interior	12	15	36	26	26	115
0500 - Universidade de Coimbra	77	81	66	129	121	474
0600 - Universidade de Évora	25	29	69	129	45	297
0700 - Universidade de Lisboa	116	174	176	157	156	779
0800 - Universidade Técnica de Lisboa	131	121	157	136	133	678
0900 - Universidade Nova de Lisboa	63	79	130	124	158	554
1000 - Universidade do Minho	34	43	40	58	90	265
1100 - Universidade do Porto	86	84	49	57	69	345
1200 - Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro	13	21	24	12	7	77
1300 - Universidade da Madeira	13	8	16	1	1	39
1400 - Universidade Aberta	1153	1922	11	55	117	3258
3020 - Instituto Politécnico de Beja	10	16	13	11	4	54
3030 - Instituto Politécnico do Cávado e do Ave	2	4	5	3	3	17
3040 - Instituto Politécnico de Bragança	7	30	17	21	14	89
3050 - Instituto Politécnico de Castelo Branco	18	17	9	24	24	92
3060 - Instituto Politécnico de Coimbra	40	46	35	49	49	219
3090 - Instituto Politécnico da Guarda	15	14	11	3	7	50
3100 - Instituto Politécnico de Leiria	40	37	34	33	33	177
3110 - Instituto Politécnico de Lisboa	34	64	68	99	69	334
3120 - Instituto Politécnico de Portalegre	9	12	4	3	6	34
3130 - Instituto Politécnico do Porto	29	27	24	33	31	144
3140 - Instituto Politécnico de Santarém	10	17	15	11	7	60
3150 - Instituto Politécnico de Setúbal	28	29	29	40	64	190
3160 - Instituto Politécnico de Viana do Castelo	10	6	1	1	9	27
3180 - Instituto Politécnico de Viseu	9	12	10	15	20	66
3240 - Instituto Politécnico de Tomar	52	26	5	8	7	98
6800 - ISCTE - Instituto Universitário de Lisboa	35	123	83	213	157	611
7001 - Escola Superior de Enfermagem de Coimbra	0	5	1	4	0	10
7002 - Escola Superior de Enfermagem de Lisboa	0	0	4	5	2	11
7003 - Escola Superior de Enfermagem do Porto	0	0	13	0	0	13
7052 - Escola Superior de Enfermagem de Francisco Gentil	1	0	0	0	0	1
7061 - Escola Superior de Enfermagem de São João	0	1	0	0	0	1
7062 - Escola Superior de Enfermagem de D. Ana Guedes	0	2	0	0	0	2
7053 - Escola Superior de Enfermagem de Calouste Gulbenkian de Lisboa	0	1	0	0	0	1
7025 - Escola Superior de Enfermagem de Bissaya Barreto	1	0	0	0	0	1
7105 - Escola Superior Náutica Infante D. Henrique	0	5	1	8	12	26
7110 - Escola Superior de Hotelaria e Turismo do Estoril	4	6	15	9	10	44
7500 - Academia da Força Aérea	3	3	4	6	3	19
7510 - Academia Militar	8	10	12	6	9	45
7520 - Escola Naval	4	3	5	5	5	22
7530 - Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna	9	3	9	10	5	36

Fonte: Base de dados da DGES

Relativamente ao estabelecimento de ensino, a Universidade Aberta é claramente a instituição que ao longo destes anos lectivos, acolheu mais alunos oriundos dos PALOP, recebendo, em média, cerca de 650 inscrições por ano lectivo. Convém realçar



contudo as especificidades deste estabelecimento, nomeadamente o método de ensino à distância, o que explica a grande procura de alunos de outros países e de certo modo, sai um pouco do âmbito do nosso estudo, que é o estudo das condições dos estudantes dos PALOP que efectivamente deslocam-se do seu país para virem estudar e viver para Portugal.

Assim, as instituições localizadas em Lisboa são as mais procuradas, pela seguinte ordem (de acordo com número médio de inscrições): Universidade de Lisboa (155 novos alunos por não lectivo), Universidade Técnica de Lisboa (numa média de 135 alunos), ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa (122 inscritos) e Universidade Nova de Lisboa (110 alunos).

De outras regiões do país, os estabelecimentos de ensino para onde os estudantes dos PALOP vão mais é a Universidade de Coimbra, com uma média de 474 entradas e a Universidade do Porto, com 345 inscritos. Poderemos ainda mencionar a Universidade de Évora (297), a Universidade do Minho (265) e a Universidade de Aveiro (234).





1.3. INTEGRAÇÃO E ADAPTAÇÃO ACADÉMICA: ALGUNS DADOS

A transição para o Ensino Superior significa uma nova etapa para qualquer estudante. Muitas vezes não significa apenas um novo espaço, novos colegas e Professores e novos planos curriculares, poderá ir bem mais além destas “novidades”.

Esta etapa significa para muitos a “última oportunidade para experimentarem mudanças significativas antes de lhes ser pedida a assunção de maiores responsabilidades em contextos diversificados da sua vida familiar, social e profissional” (Young e Friesen 1990: 123).

O facto é que, se o aluno tiver à sua disposição os instrumentos que auxiliem a uma adaptação adequada a tantas mudanças, a sua integração será mais bem-sucedida e o aluno poderá certamente alcançar um melhor rendimento académico.

Importa reconhecer que a passagem pelo Ensino Superior não serve apenas à apreensão de conhecimento dentro do programa do curso que se escolhe, ela é também uma oportunidade para alargar os horizontes num meio social diversificado e enriquecedor.

Os desafios inerentes à entrada no Ensino Superior ocorrem em vários domínios (Soares 1998:189.):

Académico: é necessária uma adequação a novos modelos de estudo, aprendizagem e avaliação, já que o ensino superior requer novos ritmos estratégias de aprendizagem, face aos novos sistemas de ensino e de avaliação;

Social: A experiência universitária requer o desenvolvimento de padrões de relacionamento interpessoal mais maduros, originando portanto novas formas de relacionamento com a família, com os Professores e os colegas, com o sexo oposto e com as figuras da autoridade;

Pessoal: Reforço do sentido de identidade, auto-estima, conhecimento de si próprio e perspectiva personalizada do mundo e;

Vocacional – Institucional: a universidade constitui uma etapa fundamental para o desenvolvimento de uma identidade vocacional onde a especificação, a



implementação e o comprometimento com determinados objectivos vocacionais e/ou institucionais podem assumir particular importância.

Posto isto, quando se fala num bom rendimento académico no Ensino Superior, não podemos apenas referir-nos às actividades de estudo, de facto, “ (...) a aprendizagem, por um lado, ou o próprio desenvolvimento cognitivo dos estudantes, por outro, não dependem apenas das actividades estritamente curriculares. O envolvimento em actividades académicas fora das aulas, a interacção com os serviços e o staff da Universidade, assim como o relacionamento com os colegas, desempenham um importante papel a esse propósito (Pascarella e Terenzini 1991).

A nova realidade com que se depara o estudante quando chega ao Ensino Superior impõe desafios a superar. Tais desafios são acentuados se o aluno estiver deslocado do seu meio familiar e social de origem. Podemos ainda aguçar o sentido desta ideia (já agora adaptando ao tema em estudo) referindo que o desafio aumenta quanto mais deslocado estiver o aluno no seu meio de origem - estar num novo país, nova cultura e neste ser uma minoria.

Os alunos que entrevistamos para a realização deste trabalho deram evidente protagonismo aos aspetos relacionados com a questão da integração. Primeiro ao “choque” da grande diferença de paisagem, de clima, mas também ao nível das relações pessoais, como a falta de “calor humano”, as relações mais “formais” e ainda o desconhecimento do lugar dificultando a mobilidade, sobre onde e a quem se dirigir.

Além disso, “tem-se observado, com frequência, que os estudantes universitários pertencentes às minorias chegam ao Ensino Superior mal preparados, acontecendo que alguns casos não se sentem necessariamente acomodados no meio académico onde ocorre a sua aprendizagem”(Wright 1987).

O estudante oriundo dos PALOP ao chegar a Portugal, depara-se com um mundo novo, além da nova etapa da sua vida que trará as respectivas exigências, encontra um padrão social e cultural diferente daquele que conhece e que terá de se adaptar, de se incluir. Os estudos realizados nesta área mostram que as dificuldades de integração reflectem-se nos primeiros resultados académicos, e como consequência, os alunos tinham, nos primeiros tempos, notas mais baixas das que vinham tendo no ensino secundário.



Outra dificuldade prende-se com o facto de não disporem de dinheiro suficiente para fazer face às despesas, o que pode significar efectivamente, em relação aos restantes colegas, um acesso desigual aos bens materiais e de lazer, levando-os a assumir um estilo de vida na medida das suas possibilidades, que pode representar perante os colegas um fosso acrescido às diferenças culturais. Os estudos na área do ajustamento intercultural têm identificado os problemas sócio culturais como uma das dificuldades mais relevantes para o estudante que estuda no estrangeiro (Abe, Talbot e Geelhoed, 1998, citado por Pires, 2001, p. 333).

Em termos de integração no universo académico, os estudantes oriundos dos PALOP, enquanto minoria (numérica e etnicamente heterogénea) no Ensino Superior Português, podem conhecer problemas acrescidos que podem manifestar-se em campos diversos, nomeadamente na “dificuldade na transposição dos itens em duas escolas” (Pires 2000: 245) isto é, na compreensão da matéria estudada, o que pode representar um desafio acrescido ao rendimento académico.

São apontadas como dificuldades mais frequentes por estes alunos: “Problemas no ensino de origem, falta de competências básicas e domínio da língua portuguesa” (Pires 2000: 255-256). De facto, “tem-se observado, com frequência que os estudantes universitários pertencentes às minorias chegam ao Ensino Superior inconvenientemente preparados, acontecendo em alguns casos não se sentirem completamente realizados no meio académico onde ocorre a sua aprendizagem” (Pires 2000:255). Os alunos revelaram que em matérias como a matemática tinham mais possibilidade de obter bons resultados, pois embora nos seus países, tivessem disciplinas de língua portuguesa tinham dificuldade em apreender a matéria e com os números sempre se tornava mais fácil.

A falta de preparação com que estes estudantes chegam ao Ensino Superior poderá traduzir-se na falta de aproveitamento escolar, naturalmente que somando às questões da integração, e dificuldades económicas, o sucesso académico destes estudantes poderá estar comprometido.

A abordagem desta questão das minorias étnicas e inclusão social assume particular importância enquanto factor que pode comprometer o rendimento académico, já que este não pode ser desassociado da integração do estudante no meio social.



Naturalmente que a integração na comunidade académica está “positivamente correlacionada com a realização académica” (Tinto 1987: 139).

A dificuldade atribuída ao fraco domínio da língua portuguesa pode constituir um problema acrescido em termos de rendimento académico, não só em termos de apreensão dos conteúdos curriculares, no sentido de dominar o vocabulário, que por exemplo os docentes utilizam nas aulas ou aquele presente nos manuais escolares, mas ainda na comunicação do estudante com o meio, quer na interacção com os seus colegas, quer aplicada nos métodos de avaliação, já que uma boa expressão escrita é o meio que o aluno dispõe para expor o conhecimento apreendido, contribuindo para o seu sucesso escolar enquanto competência básica de aquisição e reprodução do conhecimento³⁵.

Assim, é expectável que o aluno que conhece estes desafios possa superá-los de forma a que a experiência pela sua passagem no Ensino Superior possa ser bem sucedida sendo que as instituições de ensino poderão tomar parte deste processo de modo a permitir uma melhor e mais justa progressão dos seus alunos.

³⁵ Leia-se a este propósito o capítulo *Saber escrever: uma via para o sucesso académico* (Carvalho 2000).



PARTE III – OBSERVANDO OS RESULTADOS

A recolha de informação sobre as características do estudante oriundo dos PALOP, principais motivações e dificuldades, foi realizada junto dos alunos do ISCTE-IUL, através da aplicação de um questionário.

Neste capítulo apresentam-se os testemunhos recolhidos, bem como a descrição do processo e a apresentação de resultados, após o tratamento estatístico.

A par com o questionário, juntaram-se duas histórias de vida que constituíram uma forma de acompanhar do percurso académico dos estudantes dos PALOP. Foram testemunhos registados durante o convívio com a população em estudo, funcionando como fundamentação e, essencialmente, de inspiração para este trabalho.





1.1. O PERFIL DO ESTUDANTE PALOP DO ISCTE-IUL

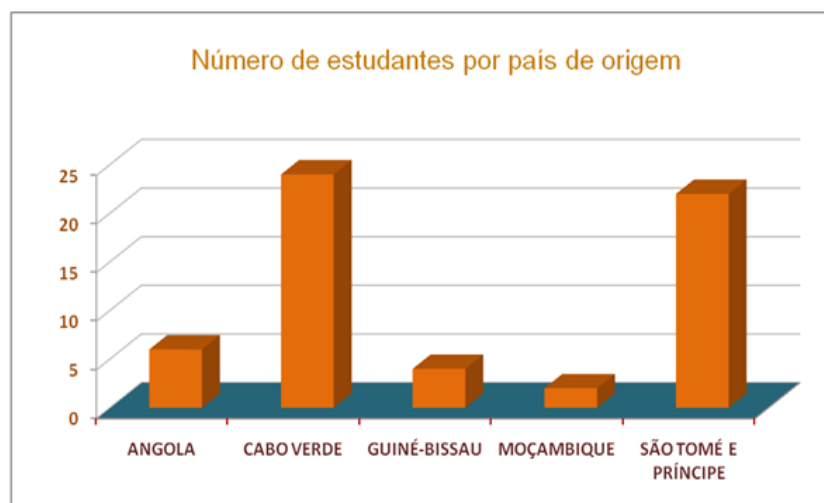
Após o tratamento estatístico dos questionários submetidos aos estudantes oriundos dos PALOP inscritos no ISCTE-IUL em 2009/2010, deixamos aqui as principais conclusões:

- Quanto à caracterização pessoal:

Na sua maioria, o estudante dos PALOP do ISCTE-IUL é do sexo masculino (56,4%) e tem uma média de 24 anos de idade.

Em termos de faixa etária, observámos que os estudantes cabo-verdianos são tendencialmente mais novos, apresentando uma média de idade na casa dos 22 anos. Os alunos dos restantes países apresentam médias de idade com valores ligeiramente acima da média global (24 anos) situando-se nestes casos entre os 26 a 27 anos.

Gráfico 1 - Número de Estudantes por País de Origem



Quanto à sua origem, entre os que responderam ao questionário, verificou-se uma percentagem expressiva face ao total, quer de estudantes oriundos de Cabo Verde (43%), quer de estudantes santomenses (39%). 11% destes estudantes são provenientes de Angola; 67% da Guiné-Bissau e 2% de Moçambique.

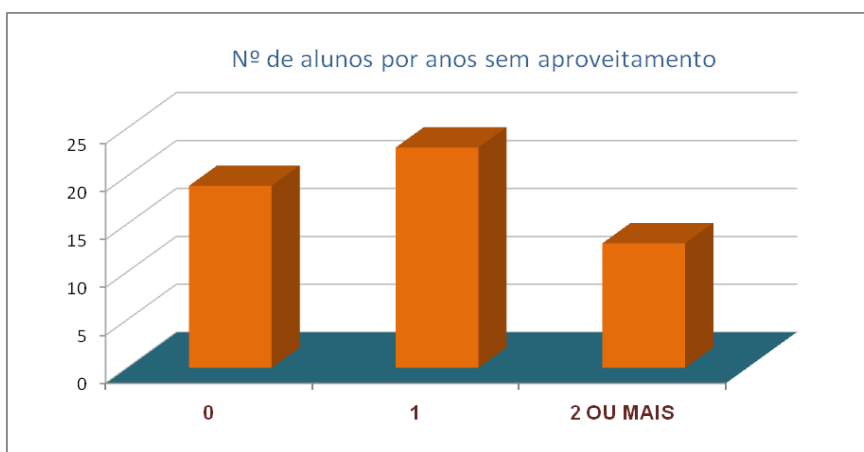


- Quanto à Situação Académica:

No que respeita ao curso em que estão inscritos, os inquiridos frequentam em maior número os cursos das áreas de Tecnologias de Informação (Informática e Gestão de Empresas e Engenharia de Telecomunicações e Informática), o curso de Gestão e Economia. Outro número representativo refere-se aos estudantes das Licenciaturas de Ciência Política e Gestão de Recursos Humanos.

Quanto ao desempenho académico, de acordo com as respostas obtidas, 42% dos inquiridos já reprovou um ano e 24% não obtiveram aproveitamento em dois ou mais anos; 35% nunca reprovaram.

Gráfico 2 - Número de Alunos por Desempenho Escolar - Anos sem Aproveitamento

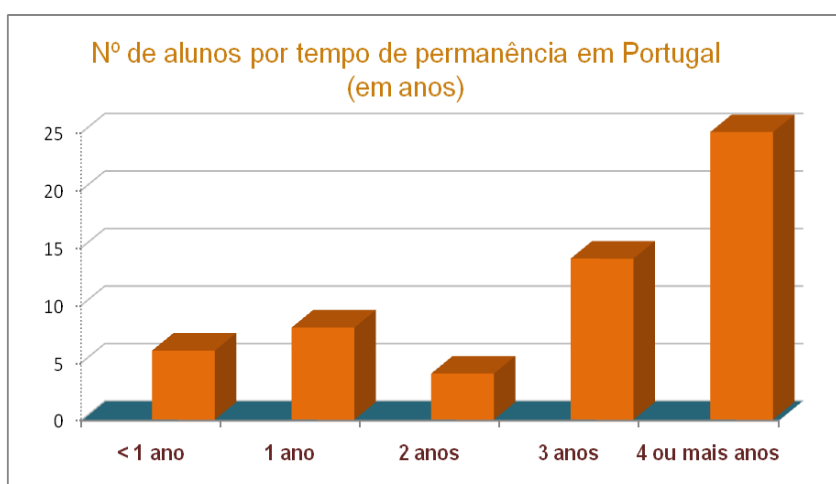




- Quanto às questões em torno da Integração:

Relativamente à vinda para Portugal, uma percentagem considerável dos inquiridos está cá há 4 ou mais anos (cerca de 44%), e cerca de 25% reside em Portugal há pelo menos 3 anos. 14% dos estudantes reside há cerca de ano; 11% há menos de 1 ano e 7% há 2 anos.

Gráfico 3- Número de Alunos por Anos de Permanência em Portugal



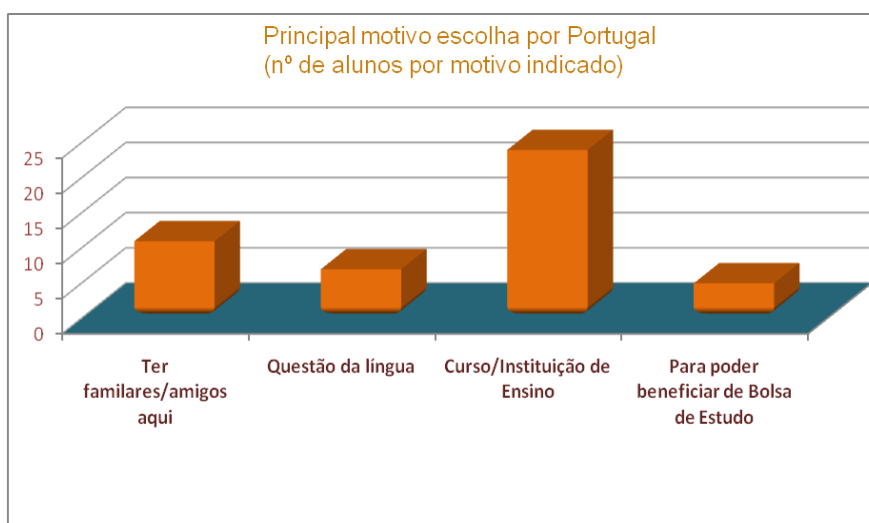
Quando questionados sobre os principais motivos por que optaram por Portugal como país de destino para a prossecução dos estudos superiores, oferecemos algumas opções de resposta, em que o estudante poderia optar por um ou mais motivos que correspondesse à sua situação. Assim, a grande maioria (84%), apontou um motivo principal e outros (cerca de 11%) indicaram dois motivos e 5% escolheram Portugal com base numa conjugação de 3 dos motivos sugeridos no questionário.

Cerca de metade dos alunos que apontaram um único motivo, justificaram-no com a Instituição de ensino e curso; a segunda razão mais apontada (assinalada por 22% dos alunos), prende-se com o facto de terem familiares/amigos em Portugal; cerca de 15% mencionaram a questão da língua como factor determinante da sua escolha e 10% pelo facto de poderem beneficiar de uma bolsa de estudo. No entanto, o aluno poderia optar por indicar um outro motivo não sugerido, mas apenas um inquirido apontou uma parceria entre o seu país e Portugal como factor determinante na opção do local de estudo.



Alguns inquiridos indicaram a conjugação de dois motivos principais pela opção de prosseguirem os seus estudos superiores em Portugal, mencionando quer a instituição de ensino e a questão da língua, quer a questão da língua associada ao facto de terem familiares e amigos aqui. Uma razão apontada, espontânea, juntamente com o factor ter familiares e amigos foi a “falta de universidades no país de origem”.

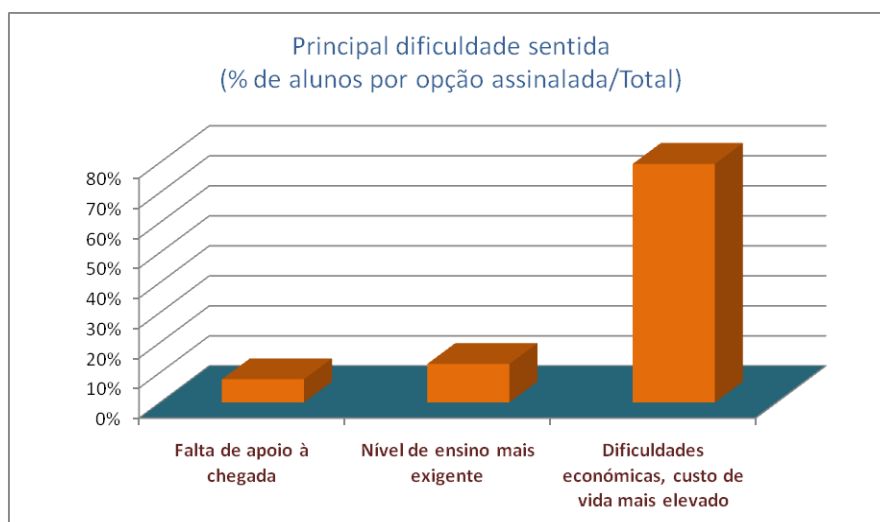
Gráfico 4 - Número de Alunos por Motivo de Escolha de Portugal para Prosseguir os Estudos



Se associarmos o motivo da escolha ao país de origem dos estudantes, verificamos que a maioria (57%) dos cabo-verdianos; dos angolanos (50%) e a quase maioria dos santomenses (47%) definiu o seu destino face à instituição e curso que queriam; as percentagens mais significativas dos guineenses prendem-se com a razão de terem amigos ou familiares em Portugal (67%) e já para os naturais de Moçambique o factor principal foi a língua.



Gráfico 5 - Principal Dificuldade Sentida - Percentagem de Resposta por Opção Assinalada sobre o Total de Respostas



A questão das principais dificuldades, tal como dos motivos, dava a possibilidade de se optar por um ou mais motivos e indicar algum não apresentado como opção. Neste caso, entre os que apontaram uma dificuldade principal, foi notória a presença das questões de carência económica. Aproximadamente 70% referiram as “dificuldades económicas, custo de vida mais elevado”, 13% “o ensino ser mais exigente” e 8% ressentiram a “falta de apoio à chegada”.

Alguns (30%) dos que responderam à questão, apontaram duas principais dificuldades. Estas referiam-se à falta de apoio à chegada, associada às dificuldades económicas e esta com o nível de ensino mais exigente.

A referência às dificuldades económicas, que já se referiu como resposta mais frequente, foi a mais apontada pela totalidade dos estudantes dos vários países, excepto os Angolanos, que terão indicado esta dificuldade na mesma medida das restantes. Por outro lado, todos os guineenses apontaram esta dificuldade apenas como a principal.

Não se conseguiu despistar a possível sinalização que a realização do inquérito fosse para efeitos de atribuição de bolsa de estudo.



- O valor da “Pergunta chave”

Aquela que consideramos que, em termos de informação qualitativa, pode ser considerada a chave, é a pergunta de resposta aberta que aqui inserimos, para melhor a podermos recordar:

“Que tipo de apoio (s) gostaria de ter recebido aquando da sua chegada e permanência em Portugal”

Esta pergunta foi respondida por cerca de 70% dos inquiridos. Entre as respostas mais frequentes, encontramos aquelas relativas aos apoios ao nível financeiro, nomeadamente no auxílio ao pagamento de propinas e “bolsas de estudo”.

O apoio ao nível do alojamento bem como da alimentação também mereceram destaque, já que muitos foram os alunos que responderam que gostariam de ter mais apoio a nível de alimentação e alojamento, com preços mais acessíveis, ou ajudas financeiras para custear estas despesas.

Outros apoios que os estudantes gostariam de ver concedidos dizem respeito a questões do acolhimento e integração na faculdade e no meio académico, nomeadamente:

“informações”;

“apoio a nível da aprendizagem do curso”;

“encaminhamento para as residências de estudantes”.

Com a “pergunta chave”, pretendíamos aprofundar conhecimentos sobre o tipo de apoio procurado pelo estudante dos PALOP e tentar ainda aferir se todos procuram o mesmo tipo de apoios, ou seja, se as dificuldades por eles sentidas, seriam puramente económicas ou mais relacionadas com as questões de integração social, com a preparação académica, ou outra. A pergunta aberta permite uma possibilidade de resposta mais livre que por si permite aferir com maior exactidão os apoios com que estes alunos gostariam de poder contar, pois que à medida das características de cada um, poderiam ser referidos mais do que um apoio.



De facto, nem todos responderam da mesma forma, embora fosse possível determinar respostas semelhantes, identificando-se apoios da mesma natureza e quais os principais, que fora exactamente o propósito da questão.

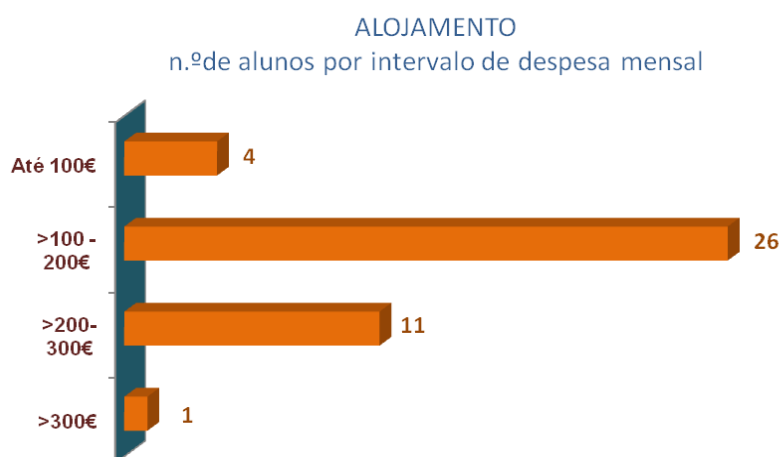
- Quanto ao Custo de Vida

Questionamos os estudantes sobre os seus gastos mensais, nomeadamente com alimentação, alojamento e despesas associadas à universidade, como material escolar e propinas.

Escolheu-se a via das despesas para medir essas condições, enquanto indicador da média do custo em termos de alojamento.

O estudo não se alargou às questões de condição de habitação, o que poderia, reconhecemos agora, ter sido um bom indicador sobre o nível e condições de vida destes alunos, isto porque muitos podem residir junto de familiares ou não terem que custear a renda e alimentação.

Gráfico 6 – Alojamento: Número de Alunos por Intervalo de Despesa Mensal

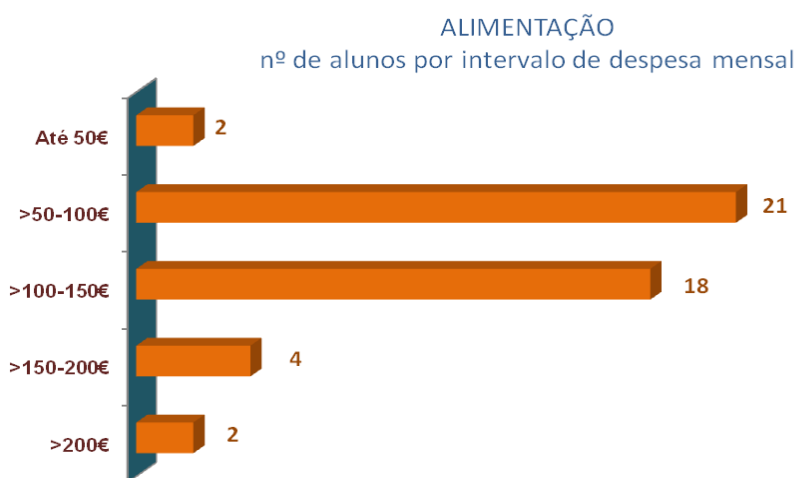


Assim, em termos de gastos mensais com alojamento, assistimos a uma média de 195 euros mensais, sendo que é entre um gasto mensal de 100 a 200 euros que se

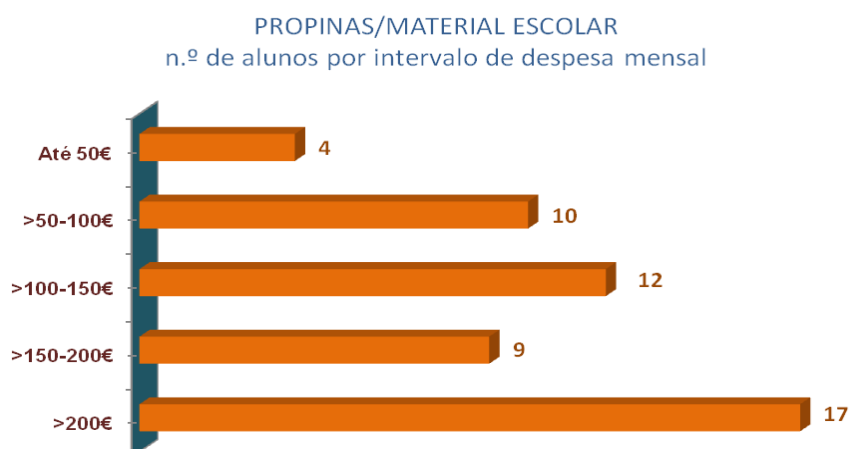


encontra a maioria (60%). 26% dos inquiridos paga mensalmente um alojamento de 200 a 300 euros, 4% refere despende mais de 300 euros mensais em alojamento e 10% apresenta despesa inferior a 100 euros. De referir que entre estes com menor nível de gastos, encontram-se alguns que apontaram “0” (zero) euros. Nalguns casos de não resposta não foi possível aferir se o seu significado pode ser o de sem gastos ou recusa de resposta.

Gráfico 7 - Alimentação: Número de Alunos por Intervalo de Despesa Mensal



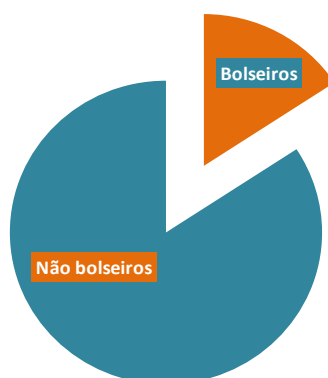
Quanto à despesa com alimentação, de acordo com os montantes indicados pelos estudantes, a média encontra-se nos 129 euros mensais, sendo que a maioria mencionou gastos entre os 50 e os 150 euros. 15% dos estudantes despende entre 200 a 300 euros e os extremos apresentam números mais discretos, nomeadamente de 4%, tanto para uma despesa mensal de alimentação inferior a 50 euros, como para uma despesa acima dos 300 euros.

**Gráfico 8 - Propinas/Material Escolar: Número de Alunos por Intervalo de Despesa Mensal**

Em relação ao custo despendido com material escolar e propinas, a média situou-se nos 172 euros mensais. É acima dos 200 euros mensais que se situa um maior número de alunos, comparativamente com os restantes intervalos encontrados.

Gráfico 9 - Percentagem de Alunos Bolseiros e Não Bolseiros

Alunos que beneficiam de uma Bolsa de Estudo



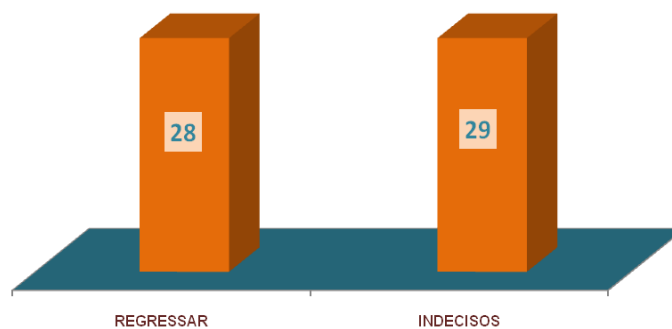
Sobre os alunos que beneficiam de uma bolsa de estudo, 15% dos inquiridos referiu ser bolseiro. Esta percentagem pareceu-nos reduzida, ficando a dúvida se alguns inquiridos terão omitido o facto de serem beneficiários de uma bolsa de estudo.



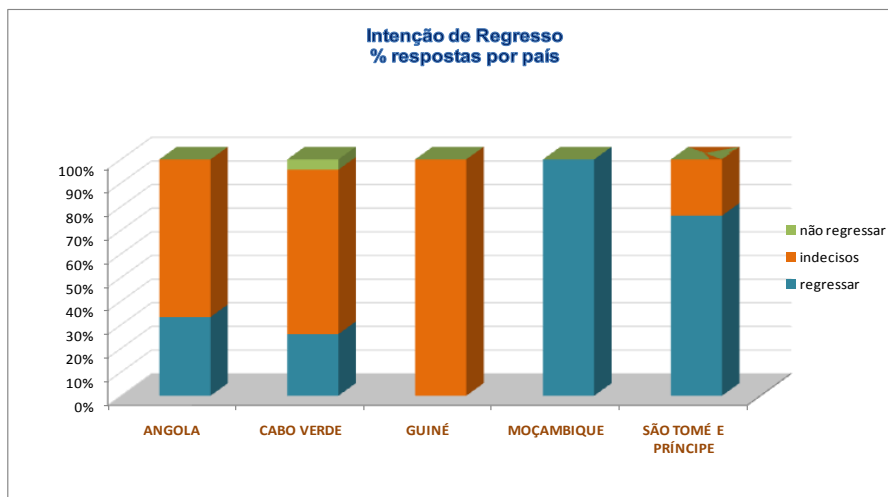
Relativamente aos estudantes bolsheiros, cerca de metade destes alunos tem bolsa concedida pelo Governo do país de origem. O valor médio mensal de uma bolsa situa-se nos 260 euros.

- Quanto à Perspectiva de Retorno

Gráfico 10 - Número de Alunos por Intenção de Regresso ao País de Origem



Quando questionados sobre a hipótese do retorno ao país de origem, apurou-se pela apreciação das respostas às perguntas: “sim”- pretende regressar e “ainda não decidiu”, que cerca de 50% dos estudantes entende regressar enquanto os outros cerca de 50% ainda não tem ideia do que pretende fazer. É de notar que apenas um estudante referiu que “não pretende regressar”.

**Gráfico 11 - Intenção de Regresso - Percentagem de Intenção Sobre Total de Respostas Dadas por País**

Observámos esta questão do retorno à luz da relação entre a resposta e o país de origem e concluímos que os estudantes mais “indecisos” são os guineenses, já que todos os estudantes deste grupo, responderam não ter ainda decidido se pretendem regressar ou não ao país de origem:

Significativas são também as respostas dos cabo-verdianos e angolanos, apresentando cada um dos grupos cerca de 70% de respostas ao nível da indecisão. Já os santomenses e moçambicanos, referiram na sua maioria, querer regressar aos seus países, após a conclusão do curso.



- Outros Dados a Considerar

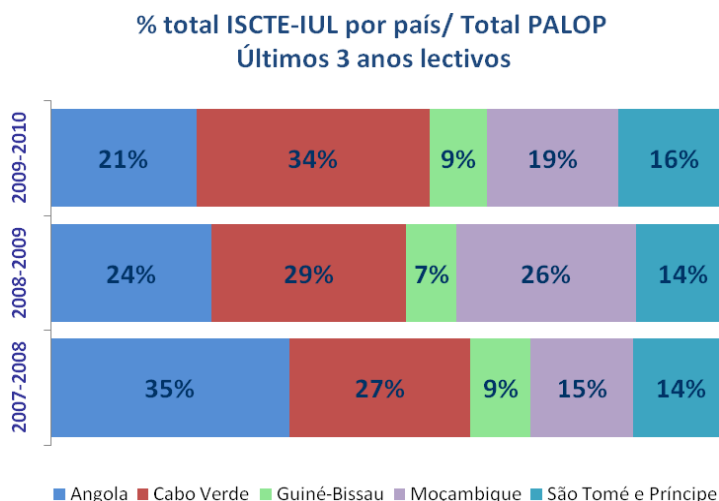
Quadro 11. Alunos dos PALOP inscritos no ISCTE-IUL entre os anos lectivos 1999-2000 a 2009/2010

PAÍS	1999-2000	2000-2001	2001-2002	2002-2003	2003-2004	2004-2005	2005-2006	2006-2007	2007-2008	2008-2009	2009-2010
Angola	45	46	85	58	55	55	58	51	79	96	73
Cabo Verde	57	73	88	87	115	95	84	296	60	116	117
Guiné-Bissau	25	2	5	3	10	2	11	12	20	30	29
Moçambique	17	19	53	35	33	33	28	24	34	107	66
São Tomé e Príncipe	11	7	14	19	23	24	24	28	32	56	56
Total	155	147	245	202	236	209	205	411	225	405	341

Fonte: Inquérito ao Registo de Alunos Inscritos e Diplomados do Ensino Superior, GPEARI/MCTES

* Nota: Estes dados referem-se apenas aos alunos do 1.º ciclo.

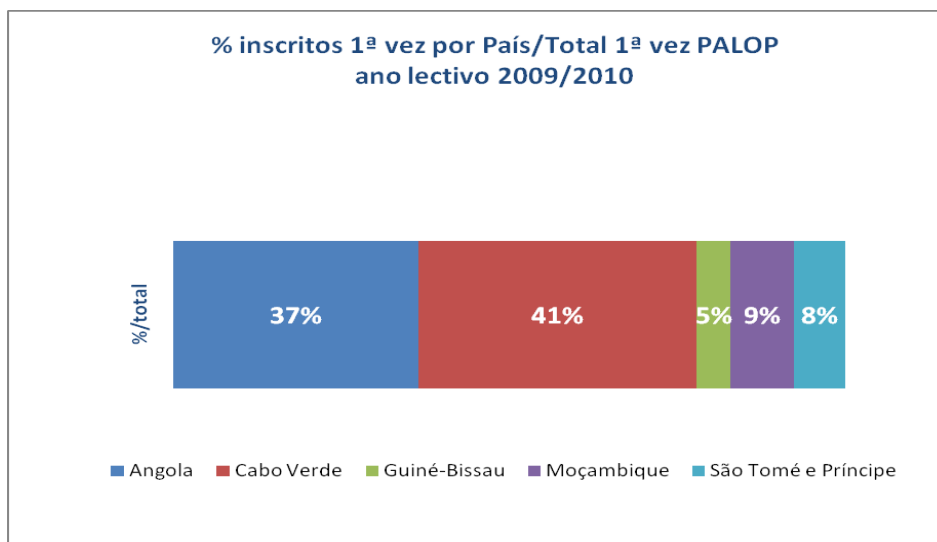
Gráfico 12 - Percentagem de Estudantes Inscritos no ISCTE-IUL por País sobre Total Estudantes dos PALOP Matriculados no 1.º ciclo nos Últimos 3 anos



Seguindo a tendência verificada ao longo da década (página 73), e conforme demonstrado na tabela acima apresentada, nos últimos três anos lectivos, entre os alunos do ISCTE-IUL oriundos dos PALOP, verificava-se uma maior percentagem de nacionais de Angola e Cabo Verde e, por outro lado, em menor número, estão os guineenses.



Gráfico 13 – Percentagem de Alunos Inscritos por País de Origem sobre total Alunos dos PALOP Inscritos pela Primeira Vez no Primeiro Ciclo 2009/2010 no ISCTE-IUL



Quanto a primeiras matrículas, no ano lectivo mais recente a que tivemos acesso, 2009/2010, ingressaram no ISCTE-IUL cerca de 340 alunos oriundos dos PALOP.

Entre estes, registou-se um maior número de alunos cabo-verdianos e angolanos, estes detêm uma percentagem significativa face aos restantes, já que ambos perfazem um total de 80%, Por outro lado, em menor número surgem os guineenses.

A média de ingressos através deste regime de acesso situa-se em cerca de 250 alunos, por ano lectivo.

Estes dados remetem-nos para uma reflexão sobre o contraste relativamente à distribuição da nossa amostra, uma vez que os países “mais representados” no âmbito do nosso questionário não são então os mais representados a nível da instituição.

*

Após a recolha e tratamento da informação deste questionário, gostaríamos de referir, antes de retirar as devidas conclusões, que a finalidade da sua submissão ficaria mais completa se tivéssemos por um lado conseguido aferir com maior precisão o universo de estudantes dos PALOP no ISCTE-IUL, o que ficou condicionado, conforme anteriormente referido, ao 1.º ciclo, sem ideia da representatividade dos alunos de mestrado.





1.2. SÍNTESE DE RESULTADOS

Importa aqui referir que, aquando da realização do estudo, tivemos oportunidade de saber que alguns dos inquiridos julgaram que o estudo serviria para identificar situações de carência e que seriam contactados pelos SAS para lhes “propor um apoio”. Este fato, consideramos, poderá ter condicionado as suas respostas, nomeadamente nas questões do nível de despesas e das bolsas de estudo.

Passemos então às principais conclusões que entendemos poder considerar:

- i) Estes alunos vêm estudar para um país estrangeiro, para um curso e instituição que podem escolher previamente. A possibilidade de vir estudar para o estrangeiro constitui-se assim numa perspectiva fortemente mobilizadora.
- ii) A ligação histórica entre Portugal e os PALOP tem promovido acordos e protocolos entre os países, o que atrai os estudantes para o nosso país; O acesso facilitado por isso, ao benefício de uma bolsa de estudo, não se revelou contudo, relativamente à mobilização dos estudantes, uma razão tão expressiva quanto poderíamos pensar.
- iii) A língua afigura-se outro elemento facilitador da escolha de Portugal como país de destino para estudo;
- iv) Os estudantes recém-chegados podem beneficiar em Portugal do apoio de relações familiares e de amizade bem como do facto de conhecerem a língua. Contudo, as questões económicas, de dificuldade em custear a estadia e a necessidade sentida de beneficiarem de apoio ao nível da redução de propinas ou algum outro apoio económico, extensível a alojamento e alimentação, fizeram-se notar.

A questão do apoio ao nível de alojamento e á qual nos referimos anteriormente, foi mencionada nos estudos de outros autores, referindo-se que os preços praticados são em regra difíceis de suportar para os estudantes dos PALOP.

De salientar ainda, é o facto de os inquiridos considerarem o nível de ensino em Portugal mais exigente, apresentando por isso propostas da necessidade de auxílio ao nível de apoio escolar. Note-se a este nível, que o domínio da língua (uma “dificuldade sugerida” no questionário), nunca foi indicada como um problema (podendo pensar-se



que dificultaria a compreensão da matéria nas aulas), embora em estudos anteriores (Figueiredo 2005, Pereira 2005 e Pires 2001) esta questão fosse apontada como uma dificuldade sentida pelos estudantes.

A falta de preparação académica é sublinhada, quer na pesquisa bibliográfica, quer nos testemunhos recolhidos, daí talvez se possa compreender melhor a razão por que os estudantes apontaram o nível de ensino mais exigente quando questionados sobre as principais dificuldades sentidas.

Alguns alunos focaram a questão das dificuldades de adaptação aquando da sua chegada, especialmente nos primeiros contactos com a faculdade e gostariam de poder contar com serviços que os acolhessem, informassem e reencaminhassem.

Poder-se-á considerar que as instituições poderiam pensar em possibilidades de acolhimento e acompanhamento nesta fase da chegada. Uma fase particularmente difícil em que muitos estudantes referem não saber o que esperam e o que encontram e onde se dirigir. Esta referência dos estudantes alarga-se para lá do acolhimento propriamente dito, à formação académica. Estes aspectos foram repetidamente mencionados e considerados determinantes relativamente ao sucesso académico.

Para além das referências relativas à ausência de apoios ao acolhimento, os estudantes sublinharam também a necessidade de apoios de cariz financeiro, para fazer face a despesas de alojamento, alimentação e propinas.

Relativamente à identificação das situações de carência, e na tentativa de dar alguma resposta, há a referir que a concessão de apoios prevê uma análise prévia da situação concreta à luz de normas legalmente impostas.

As situações de carência económica são identificadas e comprovadas com declarações de rendimentos do aluno/seu agregado. Quando se trata de países estrangeiros torna-se muito complexa a interpretação legal destas declarações pois que se referem a realidades difíceis de determinar.



CONCLUINDO

A realização do presente estudo teve como objetivo aferir das maiores dificuldades por que os estudantes provenientes dos PALOP passam no processo que implica a sua vinda para Portugal, com fins de estudo ao nível superior, assim como a sua adaptação ao sistema de Ensino Superior Português. Pretendemos compreender se estes alunos têm a sua vinda e acesso à universidade portuguesa facilitados, em virtude dos benefícios e apoios disponíveis, fruto da cooperação entre os países, e se esses benefícios são suficientes, uma vez que, por via da nossa prática profissional, tínhamos constatado ao longo dos anos que, apesar destes mecanismos, que são claramente um incentivo, os alunos acabavam contudo por manifestar algumas dificuldades em termos económicos, de integração e permanência, com repercussões a nível do rendimento académico e integração social.

Importa sublinhar que se nos afigura que esta população conhece dificuldades não apenas enquanto uma população de estudantes, mas também enquanto população imigrante, deslocada, com um passado cultural e académico diferente daquele com que aqui lidam.

Esse facto apresenta-se como um duplo desafio, que certamente dificulta a adaptação e progressão académicas.

O facto de existirem mecanismos que facilitam a entrada e permanência de estudantes imigrantes a prosseguirem os seus estudos superiores, permite contribuir para a cooperação para o desenvolvimento das populações; para que estas possam desenvolver e potenciar os seus saberes e as suas competências, indo ao encontro das suas aspirações em termos de crescimento pessoal e profissional, ou, ainda constituindo um meio, uma forma de contribuição para o desenvolvimento da sociedade em que se inserem.

Nos dias de hoje fala-se muito na internacionalização das universidades, e atendendo à importância que a educação apresenta para o desenvolvimento das sociedades, a cooperação em matéria de educação acaba por se oferecer como que uma responsabilidade entre os povos, para se auxiliarem no campo de uma melhor formação com vista a sociedades mais desenvolvidas mas também igualitárias.



Concretamente no caso dos alunos oriundos dos PALOP em Portugal importa recordar que vêm de um meio geográfico, social e cultural significativamente diferentes; tal pode colocar problemas no tocante à sua adaptação à sociedade portuguesa. Na verdade, de acordo com os resultados deste estudo, é no momento da chegada que os alunos conhecem as maiores ansiedades e manifestam o desejo de poderem ter contado com alguém que os acolhesse, não apenas na recepção no local/cidade mas também em termos de apresentação da instituição de ensino.

Outro factor a referir prende-se com o percurso académico. De um modo geral, focamos as questões de adaptação ao ensino superior, e todo o estudante, chegado a esta fase, conhece um novo desafio associado a esta etapa da vida, que traz acontecimentos directamente associados às suas aspirações e exigências pessoais a ao estágio em que se encontra do seu desenvolvimento pessoal. Naturalmente um estudante que vem de um país ou meio diferentes conhece exigências acrescidas. O currículo escolar é novo para todos os caloiros universitários, mas no caso dos estudantes estrangeiros, nomeadamente daqueles oriundos dos PALOP, é na maior parte das vezes uma completa novidade dada a preparação muitas vezes insuficiente que muitos estudantes trazem como património. Esta falta de preparação pode constituir-se também num aspecto a acrescentar ao conjunto de outras dificuldades que o estudante vai enfrentar em termos de integração no grupo de colegas e na escola.

A proveniência para um país diferente implica também questões que se prendem com o alojamento e a manutenção das despesas do dia-a-dia. Embora, alguns alunos tenham em Portugal familiares e amigos que os acolhem, outros não têm essa rede e têm que aprender rapidamente a organizar e a gerir a sua vida de um modo independente, em termos de economia, habitação e alimentação. Acresce o fato de o estudante ter que aprender também a lidar com uma economia diferente, uma moeda diferente, um custo e nível de vida distintos.

Muitos destes alunos são beneficiários de uma bolsa de estudo e, embora esta seja fundamental para a prossecução dos seus estudos, acaba por não ser suficiente. As principais dificuldades que nos foram referidas dizem respeito às propinas e ao alojamento, que levam uma grande parcela do orçamento que os alunos têm disponível.

No entanto nem tudo são aspectos negativos. Em termos de alojamento ouvimos alguns relatos de alunos que até tinham um parente por perto, mas as condições em que



viviam não seriam as mais indicadas para a integração académica do aluno, não só em termos de espaço mas também de “ambiente” e por isso muitos destes estudantes preferem as residências de estudantes.

O tipo de alojamento foi mencionado como um factor que ajuda à integração, pois aqui o ambiente é tanto de estudo como de socialização, oferecendo condições para tal, não só em termos de equipamento, mas também porque os colegas são igualmente outros estudantes cuja vida gira em torno das rotinas de estudo.

De outro modo, a integração está assim privilegiada por que os residentes são colegas deslocados e que partilham neste caso a mesma experiência e tanto falamos de nacionais como estrangeiros, do mesmo ou outros países. A partilha destas realidades é no nosso entender facilitadora de relações mais profundas de inter-ajuda.

Outra vantagem das residências, a este nível é o facto de terem mensalidades mais reduzidas, se compararmos com um quarto arrendado a título particular.

As questões económicas, a par das questões de integração, especialmente aquando da chegada, surgiram como as principais dificuldades. Quanto às primeiras, mencionamos as bolsas de estudo e o seu funcionamento, No entanto os alunos referem que as bolsas que auferem são por vezes insuficientes face às despesas que têm ou que são pagas irregularmente havendo alguns atrasos difíceis de suportar face às despesas “certas”. Por outro lado, há alguns estudantes a quem, por motivos que se prendem com a autorização de residência, não é permitido o exercício de uma actividade profissional que lhes permitisse reunir mais meios a juntar à bolsa.

Sucedem muitas vezes que os estudantes dos PALOP com dificuldades económicas vêm-se numa espiral de dificuldades. Tudo começa quando não têm meios para pagar as propinas. A partir de então ficam impossibilitados de pedir comprovativos de matrícula, dado que as instituições de um modo geral não passam declarações a quem é devedor de propinas, o que os impede de resolver assuntos fundamentais, como tratar das questões de legalização (vistos de estudante) ou mesmo as renovações de bolsas de estudo.

No caso do ISCTE-IUL procurou-se solucionar esta questão, através de articulação e parceria entre os serviços, nomeadamente dos SAS/ISCTE-IUL com a



Biblioteca. Alguns alunos, que se dirigiram aos SAS solicitando algum apoio, foram encaminhados para ajudarem nas tarefas da biblioteca, nomeadamente no atendimento ao público aos sábados, e em troca não pagavam alojamento na residência do ISCTE onde estavam alojados. Em 2010/2011 a mensalidade praticada era de 175€. Dois alunos, provenientes de Moçambique, foram colaboradores na Biblioteca e estiveram alojados na residência por períodos entre os 6 meses e os 2 anos (lectivos). Esta experiência tinha para estes estudantes a vantagem, não só de auxiliar em termos financeiros, que fora o pedido que nos chegou dos mesmos, mas funcionou também como um importante mecanismo de integração, social e profissional, pois permite um relacionamento não só com os colegas, mas também com o staff da universidade, que foi um factor mencionado como facilitador da inserção no capítulo da integração académica.

Relativamente ao momento da chegada a Portugal, alguns estudantes “queixaram-se” da falta de apoio, e que gostariam de ter alguém a recebê-los no aeroporto, quem sabe conduzi-los às suas residências, e/ou também quem o recebesse na instituição de ensino, mostrando as instalações, serviços, funcionamento.

O ISCTE-IUL está a implementar um projecto, com base no *Buddy Mentoring*³⁶ já existente na instituição para os alunos provenientes dos programas de intercâmbio, cujas atribuições parecem ir de encontro às necessidades apresentadas pelos alunos dos PALOP. A ideia é estender futuramente este projecto também a essa população (estudantes oriundos dos PALOP) o que, nos parece, será um importante passo na integração destes alunos, especialmente nos tempos mais difíceis que são precisamente os primeiros dias, em que tudo é novo e diferente. Seria interessante, portanto, de futuro, aferir junto dos alunos que tivessem vivenciado esta experiência do impacto da mesma na sua integração.

Parece-nos que esta ideia dos apoios a prestar aos estudantes nestas condições deve assentar num *continuum*. A realidade é que aqui falamos em momentos distintos,

36 Este novo programa de apoio inter-pares, em funcionamento em algumas das Escolas do ISCTE-IUL, visa beneficiar a integração dos estudantes internacionais, diferenciando-se do Buddy System pela forma como é organizado, acompanhado e certificado. Todos os buddies/mentores recebem nove horas de formação onde serão trabalhados, de forma dinâmica e recorrendo a técnicas de simulação e sociodrama, os possíveis cenários de interação buddy/mentor-estudante internacional (http://www.iscteul.pt/internacional/mobilidade_out/Buddy.aspx).



há o facilitar o acesso, o acolhimento - ajudar à integração, criar meios para a subsistência e permanência e preparar o regresso.

Mas pretendíamos ir mais longe, podemos falar ainda de preparação, o momento anterior ao ingresso no Ensino Superior.

Esta preparação podia incluir cursos livres sobre as culturas daquele Continente, país ou sociedade, em que alguns colegas, que passaram pela experiência de estudar no estrangeiro, iam às escolas deixar os seus testemunhos, conselhos e “dicas”.

Poderiam haver também acções de esclarecimento sobre como se processam as candidaturas a bolsas de estudo ou como tratar das questões da legalização (autorizações de residência, vistos de estudantes, ...).

Naturalmente que esta preparação acarretaria também a articulação entre instituições, no sentido de que, à medida que se iam conhecendo os resultados daqueles que/onde ingressavam, elaboravam-se contactos de modo garantir um acolhimento mais completo, utilizando-se para o efeito uma rede organizada tal como foi mencionada para o ISCTE-IUL de “Buddy Mentoring”.

Do mesmo modo, e em resposta às dificuldades económicas que os estudantes dos PALOP muitas vezes apresentam, a universidade poderia criar uma bolsa de colaboradores que exerciam alguma actividade em serviços e tarefas que a instituição disponibilizasse, em troca de uma “bolsa de trabalho”, ou ainda pagavam parte das propinas. A ideia levada a cabo pelo ISCTE-IUL, Biblioteca e SAS parece-nos inspiradora, que poderia então servir de exemplo para a organização de tarefas e colaboradores com as características também dos estudantes dos PALOP nas instituições.

Parece-nos portanto que a concretização dos apoios aos estudantes dos PALOP será mais facilitada se houver um antes e um depois, isto é, uma preparação (anterior ao ingresso na universidade) e uma visão de futuro (para lhes permitir contribuir para o desenvolvimento do seu país) e para tal deve haver uma comunicação plena e eficaz entre o estudante e as instituições de um e outro país. No “entretanto” há que articular vontades para completar aspirações e necessidades, acompanhando cada situação na



medida da sua necessidade de modo a que a passagem do estudante pelo ensino superior seja uma experiência enriquecedora, como de facto, tudo indica que seja.

Cada vez que se verifica e se discute em torno da diversidade na universidade, alunos e instituições devem unir as suas vontades para criar condições não só para cidadãos mais capazes mas para uma sociedade mais igualitária, de modo a que esta reflita as vontades daqueles que a compõem.



BIBLIOGRAFIA

- Abe, J., Talbot, D.M. e Geelhoed, R.J. (1998). Effects of a Peer Program on International Student Adjustment, *Journal of College Student Development*, n.º 6, vol. 39, pp. 539-547.
- Albuquerque, R. (1996). *A Identidade Pessoal dos Jovens Luso – Africanos - Contributo para o seu Estudo*. Lisboa: Universidade Aberta, 1996. Tese de Mestrado em Relações Interculturais (policopiado).
- Almeida, J. Ferreira de e Capucha, L.M., (et al.) (1992). *Factores e Tipos de Pobreza em Portugal*. Oeiras: Celta Editora.
- Almeida, L., Soares A. C. e Ferreira, J. (2000). Transição e Adaptação à Universidade: Apresentação de um Questionário de Vivências Académicas (QVA). *Psicologia*, n.º 2, volume. XIV, pp. 189-190.
- Associação das Universidades de Língua Portuguesa (2001). *O Ensino Superior nos Países em Desenvolvimento – Perigos e Esperanças*, Relatório da AULP, Publicado em Portugal sob Licença do Banco Mundial. Tradução de José A. Pinto Correia.
- Barata, O. S. e Piepoli, S. F. (coords.). (2001). Impactos Sociais da Guerra - Apontamento sobre a Mudança vivida em quatro localidades do interior de Moçambique. In *Populações, Ambiente e Desenvolvimento em África*. Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade Técnica de Lisboa.
- Barata, O.S. (coord.) (2010). *Política Social e Sociologia*. Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade Técnica.
- Brito, J.F. (2004). *Do Império Colonial à Comunidade dos Países de Língua Portuguesa: Continuidades e Descontinuidades*. Covilhã, Universidade da Beira Interior: Instituto Diplomático, Ministério dos Negócios Estrangeiros.



- Cardoso, M.C. (2001). *Estudantes Africanos: Estudo de Caso no ISCSP*. Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, Relatório de Estágio em Política Social (policopiado).
- Carmo, H., Dias, I. et al. (1996). *Exclusão Social - Rotas de Intervenção*. Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade Técnica.
- Carvalho, A. (1995). *Política de Atribuição e Gestão de Bolsas de Estudo e Situação dos Formandos dos PALOP em Portugal*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian
- Carvalho, J. A. (2000). Saber escrever: uma via para o sucesso académico. In Soares, A.P. (et al.), ed. (2000). *Transição para o Ensino Superior - comunicações apresentadas no seminário, org. Seminário, Gualtar, 18 e 19 de Maio de 2000*.(pp. 147-162). Braga: Universidade do Minho.
- Cunha, I. (org.) (1994). *A Cooperação para o Desenvolvimento*. Lisboa: CIDAC – Centro de Documentação, Dossier Informativo.
- Ferronha, A. (2001). Cooperação com os PALOP nas Áreas da Educação e da Formação Profissional. In Moreira, A. (coord.), *Comunidade dos Países de Língua Portuguesa – Cooperação* (pp. 123-144). Instituto Português de Conjuntura Estratégica: Almedina.
- Figueiredo, M. (2005). *Estudantes dos PALOP na Universidade de Évora: do Levantamento das Dificuldades e Necessidades à Procura de Soluções*, Tese de Mestrado em Sociologia. Évora – Universidade de Évora: Departamento de Sociologia (policopiado).
- Fisher, S. e Hood, B. (1987). The Stress of the Transition to University: A Longitudinal Study of Psychological Disturbance, Absent-Mindedness and Vulnerability to Homesickness, *British Journal of Psychology*, 78, pp.425-441.
- Frias, S. (1995). *Contribuição para o Estudo do Processo de Adaptação à Mudança: O Caso de duas Mulheres Islâmicas na Região de Lisboa*. Lisboa: Universidade Aberta, Tese de Mestrado em Relações Interculturais (policopiado).



- Frias, S. (2005). As Mulheres nas Análises sobre o Desenvolvimento em África. In Barata, O. S. e Frias, S. (coords.), *África, Género, Educação e Poder* (pp. 131-144). Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas - Universidade Técnica de Lisboa.
- Frias, S. (2005). Metamorfoses das Cidades Africanas e Recomposições Sociais. In: *Cidades Africanas*, UR Cadernos da Faculdade de Arquitectura de Lisboa (5). Lisboa: Faculdade de Arquitectura, Universidade Técnica de Lisboa, pp. 164 - 169.
- Frias, S. (2006). *Mulheres na Esteira, Homens na Cadeira? Mulheres, economia informal e mudança Cultural: estudo realizado na cidade de Maputo*. Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade Técnica de Lisboa.
- Frias, S. (coord.) (2001). *Populações, Ambiente e Desenvolvimento em África*. Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, Universidade Técnica de Lisboa.
- Grilo, E.M., Castro, A. e Grilo, J. (1987). *A Educação na República de Cabo Verde*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Guterres, A. et al. (1986). *A Educação na República Democrática da Guiné-Bissau: Análise Sectorial*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Kajibanga, V. (2000). *Ensino Superior e Dimensão Cultural de Desenvolvimento*. Porto: Centro de Estudos Africanos da Universidade do Porto.
- Leitão, L. et al. (2000). Apoio Psicossocial a Estudantes do Ensino Superior – do Modelo Teórico aos Níveis de Intervenção. *Psicologia*, 2, volume XIV, p.123.
- Ministério dos Negócios Estrangeiros (1995). *Portugal - Dez anos de Política de Cooperação*. Lisboa: Autor.
- Moreira, C.D. (1994). *Planeamento e Estratégias da Investigação Social*. Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas – Universidade Técnica de Lisboa.
- Moreira, C.D. (2007). *Teorias e Práticas de Investigação*. Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas – Universidade Técnica de Lisboa.



- Pascarella, E. e Tarenzini P.(1991). *How College Affects Students*. São Francisco: Jossey-Bass.
- Pelica, L. (1991). *O Estudante Universitário, Bolseiro dos Países Africanos Lusófonos: Antecedentes e Principais Dificuldades de Integração*. Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, Relatório de Estágio em Política Social (policopiado).
- Pereira, A. et al. (2005). Estudantes dos PALOP e de Timor Lorosae na Universidade de Coimbra: Identificação das necessidades através de focus group. In Pereira, A. e Motta, E. (eds),. *Actas do Congresso Nacional Acção Social e Aconselhamento no Ensino Superior: Investigação e Intervenção*. Coimbra: Universidade de Coimbra, pp. 73-80 SASUC.
- Pires, H.S. (2001). *Desenvolvimento e Adaptação Académica em Estudantes Universitários dos PALOP*. Évora: Universidade de Évora, Tese de Doutoramento em Sociologia (policopiado).
- Pires, H.S. (2007). Estudo do Desenvolvimento Cognitivo em Estudantes dos PALOP no Ensino Universitário Português. In Candeias, A. e Almeida, L. S. (eds.), *Inteligência Humana: Investigação e Aplicações*. Coimbra: Quarteto.
- Pires, H.S., Almeida, L. e Ferreira, J. (2000). Adaptação do Questionário de Vivências Académicas (QVA) aos Estudantes Universitários dos PALOP, in Soares, A. et al. (eds), *Transição para o Ensino Superior*. Braga: Universidade do Minho.
- Pires, H.S. (1996). Análise do Insucesso Escolar dos Estudantes dos PALOP na Universidade de Coimbra numa perspectiva intercultural. *Revista Africana*, 16, pp. 91-163.
- Pires, H.S. (2000). Estudantes dos PALOP no Ensino Superior Português: do Acesso à Progressão. *Revista Psicológica*, 2, volume XIV, pp. 149-157.
- Quivy, R. e Campenhoudt, L.V. (2008). *Manual de Investigação em Ciências Sociais* (5.^a ed). Lisboa: Gradiva.
- Rocha-Trindade, M. (1995). *Sociologia das Migrações*. Lisboa: Universidade Aberta.



- Rocha-Trindade, M. e Mendes, M. (org.) (1996). *Educação Intercultural de Adultos*. Centro de Estudos de Migrações e de Relações Interculturais, Colecção Estudos Pós-graduados. Lisboa: Universidade Aberta.
- Rolo, J. M. (1986). *Redescobrir África*, Projecto de investigação realizado de 1 de Janeiro de 1985 a Junho de 1986 sobre a Cooperação de Portugal com os PALOP, no Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa em colaboração com o Instituto Damião de Góis, Presidência da República e Fundação Calouste Gulbenkian, Edições do Instituto das Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, Colecção Aproximação e Ensaio 2.
- Santos, B. e Filho, N. (2008). *A Universidade no Século XXI, para uma Universidade Nova*. Coimbra: Almedina.
- Silva, A. S. e Pinto, J. M. (2001). *Metodologia das Ciências Sociais*. Porto: Afrontamento.
- Simão, J. V., Santos, S. e Costa, A. (2003). *Ensino Superior: Uma Visão para a Próxima Década*. Lisboa: Edições Gradiva.
- Soares, A.P. (et al.), ed. (2000). *Transição para o Ensino Superior - comunicações apresentadas no seminário, org. Seminário, Gualtar, 18 e 19 de Maio de 2000*. Braga: Universidade do Minho.
- Tinto, V. (1987). *Leaving College: Rethinking the Causes and Cures of Student Attrition*. Chicago: The University of Chicago Press.
- Todaro, M. P.(1995). *Reflections on Economic Development - The Select Essays of Michael Todaro*, Economists of the Twentieth Century. Publicado por Edward Elgar: Inglaterra e EUA
- Tolentino, A. S. (2005). O Ensino Superior e o Desenvolvimento dos Novos Estados de Língua Portuguesa. In Barata O.S. e Frias S.(coord.), *África, Género, Educação e Poder* (pp.217-231). Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas - Universidade Técnica de Lisboa.
- Wright, D. (1987) *Responding to the Needs of Minority Students*. São Francisco: Jossey-Bass Publishers.



Young, R.A. e Friesen, J.D. (1990). Apoio Psicossocial a Estudantes no Ensino Superior – do Modelo Teórico aos Níveis de Intervenção – revista *Psicologia*, 2, vol. XIV, 2000, p.123



Legislação Consultada

- Decreto n.º 692/75, de 12 de Dezembro, Diário da República, n.º 286, I Série
- Decreto n.º 75/76, de 27 de Janeiro, Diário da República, n.º 22, I Série
- Decreto n.º 76/76, de 27 de Janeiro, Diário da República, n.º 22, I Série
- Decreto n.º 78/76, de 27 de Janeiro, Diário da República, n.º 22, I Série
- Decreto-lei n.º 110/76, de 7 de Fevereiro, Diário da República, n.º 32, I Série
- Decreto n.º 22/77, de 2 de Março, Diário da República, n.º 51, I Série
- Decreto n.º 50/77, de 12 de Abril, Diário da República, n.º 285, I Série
- Decreto n.º 38/78, de 18 de Abril, Diário da República, n.º 90, I Série
- Decreto n.º 154/78, de 15 de Dezembro, Diário da República, n.º 287, I Série
- Decreto n.º 44/79, de 31 de Maio, Diário da República, n.º 125, I Série
- Lei n.º 6/79, de 9 de Fevereiro, Diário da República, n.º 34, I Série
- Decreto n.º 144 - A/79, de 28 de Dezembro, Diário da República, n.º 298, I Série
- Decreto-lei n.º 146/79, de 28 de Dezembro, Diário da República, n.º 298, I Série
- Decreto n.º 146-B/80, de 26 de Dezembro, Diário da República, n.º 297, I Série
- Decreto do Governo n.º 47/84, de 8 de Agosto, Diário da República, n.º 183, I Série
- Decreto n.º 37/90, de 5 de Setembro, Diário da República, n.º 205, I Série
- Decreto n.º 52/90, de 11 de Dezembro, Diário da República, n.º 284, I Série
- Decreto n.º 6/91, de 21 de Janeiro, Diário da República, n.º 17, I Série - A
- Decreto-lei n.º 29/91, de 19 de Abril, Diário da República, n.º 91, I Série - A
- Decreto n.º 18/92, de 12 de Março, Diário da República, n.º 60, I Série – B



Decreto n.º 52/97, de 30 de Setembro, Diário da República, n.º 226, I Série - A

Decreto n.º 54/97, de 2 de Outubro, Diário da República, n.º 228, I Série - A

Resolução do Conselho de Ministros n.º 43/99, de 18 de Maio, Diário da República, n.º 115, I Série - B

Decreto-lei n.º 393-A/99, de 2 de Outubro, Diário da República n.º 231, I série - A

Portaria n.º 854 – B/99, de 4 de Outubro, Diário da República, n.º 232, I série – B

Decreto-lei n.º 5/2003, de 13 de Janeiro, Diário da República, n.º 10, I Série – A

Decreto-lei n.º 37/2006, de 9 de Agosto, Diário da República n.º 153, I série

Decreto-lei n.º 204/2009, de 31 de Agosto, Diário da República n.º 168, I série

Despacho n.º 21371/2009, de 23 de Setembro, Diário da República, n.º 185, II série

Decreto-lei n.º 21/2012, de 30 de Janeiro, Diário da República, n.º 21, I série



Webgrafia consultada

Documentos electrónicos:

Banks, J. (1993). Multicultural Education: Historical Development, Dimensions and Practice, *Review of Research in Education*, vol 19, 3-49. Acedido em Março de 2009 em:

<http://inclusion4u.com/PDFs/5105%20Multicultural%20Education%20HQ.pdf>

Cardoso, M. M. (2004). A Questão Social no Novo Milénio Educação/Formação/investigação em São Tomé e Príncipe – Será uma aposta do país no caminho para o desenvolvimento? VIII Congresso Luso-Brasileiro de Ciências Sociais. Coimbra: CES – Centro de Estudos Sociais, Faculdade de Economia Universidade de Coimbra. Acedido em Julho de 2010 em

<http://www.ces.uc.pt/lab2004/pdfs/MariaManuelaCardoso.pdf>

DGES, MCTES, Direcção de Serviços de Acesso ao Ensino Superior (2011). *Regimes Especiais PALOP's e Timor Leste 2006 a 2010*. Acedido em Junho de 2012 em:

http://www.dges.mctes.pt/NR/ronlyres/5FBEBB80-EE4B-4D0F-A469-B2CA5D015FC8/5633/RE_paloptimor_0610.pdf

DGES, MCTES, Direcção de Serviços de Acesso ao Ensino Superior (2010) *Acesso ao Ensino Superior: 10 anos de Concurso Nacional de Acesso: 2000-2009*. Acedido em Junho de 2012 em: http://www.dges.mctes.pt/NR/ronlyres/65940C16-E227-4AA2-9DF1-F1478932A8EF/4576/DGESacesso_DezAnosCN_0009.pdf

Educação – São Tomé e Príncipe, acedido em Agosto de 2011 em:

http://www.africanos.eu/ceaup/uploads/PAG66_03.pdf

Gabinete de Apoio Psicopedagógico do Instituto Politécnico de Portalegre (s.d.). *Estudantes dos PALOP nas Escolas do IPP - Caracterização e necessidades*.

Acedido em Janeiro de 2008 em:

http://www.ipportalegre.pt/wwwsas/pdf/estudo_palop.pdf

IPAD, Ministério dos Negócios Estrangeiros (2011). *A Cooperação Portuguesa para o Desenvolvimento - Relatório Anual 2010*, acedido em Março de 2012 em:



http://www.ipad.mne.gov.pt/CentroRecursos/Documentacao/Memorandos%20da%20Cooperação%20Portuguesa/Documents/Memorando_2010_Final.pdf

IPAD, Ministério dos Negócios Estrangeiros (2011). *Cooperação Portuguesa, Uma leitura dos últimos quinze anos de cooperação para o desenvolvimento 1996-2010*.

Acedido em Abril de 2012 em:

http://www.ipad.mne.gov.pt/CentroRecursos/Documentacao/EdicoesProprias/Estudos/Documents/relar_IPAD_total.pdf

Liberato, Ermelinda (2012). *A Formação de Quadros Angolanos no Exterior: Estudantes Angolanos em Portugal e no Brasil, Cadernos de Estudos Africanos 23*. Acedido

em Novembro de 2012 em: cea.revues.org/547

Ministério da Educação de Angola (2010). *Reflexões Sobre a Educação em Angola*.

Acedido em Agosto de 2011 em:

<http://www.cidadao.gov.ao/VerPublicacao.aspx?id=651>

Ministério da Educação e Ensino Superior (2007). *Programa de Formação dos Educadores do Ensino Básico da Guiné-Bissau*. Acedido em Agosto de 2011 em:

http://www.unicef.org/wcaro/WCARO_Bissau_Pub_RptTrainingProgTeachers-pt.pdf

Ministério da Educação e Valorização dos Recursos Humanos da República de Cabo Verde (2002). *Plano Nacional de Acção de Educação para Todos (PNA-EPT)*.

Acedido em Outubro de 2008 em

<http://planipolis.iiep.unesco.org/upload/Cape%20Verde/Cape%20Verde%20PNA%20EducacaoTodos.pdf>

Sapo Notícias mz/Agência de Informação de Moçambique (2012), “Instituto de Bolsas de Estudo serve 2.760 bolseiros”. Acedido em Novembro de 2012 em:

<http://noticias.sapo.mz/aim/artigo/596622102012165509.html>

Sanhá, A (s.d.). *Educação Superior em Guiné-Bissau*. Acedido em Abril de 2011 em

<http://www.pucrs.br/edipucrs/cplp/arquivos/sanha.pdf>



Sites Consultados:

Camões – instituto da Cooperação e da Língua: <http://www.instituto-camoes.pt/>

Direcção Geral do Ensino Superior: <http://www.dges.mctes.pt/DGES/pt/Estudantes/Acesso/RegimesEspeciais/>

Direcção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência: <http://www.dgeec.mec.pt/np4/estudos>

Embaixada de Angola: <http://www.embaixadadeangola.org/>

Embaixada de Cabo Verde: <http://www.embcv.pt/>

Embaixada de Moçambique: <http://www.embamoc.pt/>

Embaixada de São Tomé e Príncipe: <http://www.emb-saotomeprincipe.pt/>

Fundação Cidade de Lisboa: <http://www.fundacaocidadedelisboa.pt>

Gabinete de Relações Internacionais da Ciência e do Ensino Superior: www.grices.mces.pt

<http://www.inabe.gov.ao/>

Instituto Nacional de Bolsas de Estudo do Governo Angolano: <http://www.inabe.gov.ao/>

Instituto Nacional de Estatística da Guiné-Bissau: http://www.stat-guinebissau.com/pais/indicador_chave.htm

Instituto Nacional de Estatística de Cabo Verde: <http://www.ine.cv/>

Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento: [http://www.ipad.mne.gov.pt,](http://www.ipad.mne.gov.pt)

ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa: http://www.iscteul.pt/internacional/mobilidade_out/Buddy.aspx



Loja do Software – Bases de Dados de São Tomé e Príncipe:
<http://www.lojadosoftware.pt/bases-de-dados/database-sao-tome-e-principe/estatisticas-por-categoria.php>

Ministério da Educação de Angola:
<http://www.med.gov.ao/PublicacoesD.aspx?Codigo=651>

Ministério da Educação e Cultura de Moçambique: <http://www.mec.gov.mz/>

Portal do Governo de Moçambique:
http://www.portaldogoverno.gov.mz/Informacao/edu/subfo_inst_ens_sup/

Serviços de Acção Social da Universidade de Aveiro: <http://www.ua.pt/sas/>

Serviços de Acção Social da Universidade do Algarve:
http://intranet.ualg.pt/index.php?option=com_content&task=view&id=26257&Itemid=1752&lang=pt

Serviços de Acção Social da Universidade de Évora: <http://www.sas.uevora.pt/>

Serviços de Acção Social da Universidade de Lisboa: <http://www.sas.ul.pt/>

Serviços de Acção Social da Universidade do Minho: <http://www.sas.uminho.pt/>

Serviços de Acção Social da Universidade Nova de Lisboa: <http://sas.unl.pt/>

Serviços de Acção Social da Universidade Técnica de Lisboa: <http://www.sas.utl.pt/>

Serviços de Acção Social do Instituto Politécnico de Coimbra:
<http://portal.ipc.pt/portal/portal/SAS/avisos>

Serviços de Acção Social do Instituto Politécnico de Setúbal: <http://www.sas.ips.pt/sas/>

Universidade Aberta:
<http://www.uab.pt/web/guest/home;jsessionid=00962595EB73D57EB3AC70F0A93C9DFA>



ANEXOS